

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE 24 JUN 2024

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos, reuniram-se no Auditório do Centro Cultural de Cascais, os representantes do Conselho Municipal de Segurança, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

#### 1. Intervenção do público:

1.1. (Sem inscrições);

#### 2. Tomada de posse dos Srs. Conselheiros:

2.1. **Gabriela Lopes Feiteira**, Juiz Presidente da Comarca de Lisboa Oeste;

2.2. **Maciel Loureiro da Rocha**, Comandante da Divisão da PSP de Cascais;

2.3. **Luís Manuel Fonseca Ferrão**, Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes – Aeródromo de Tires;

2.4. **Bruno Miguel Ramos Alves**, Comandante da Divisão de Segurança a Transportes Públicos Rodoviários da PSP de Lisboa;

2.5. **Henrique Jorge da Rocha Gomes Figueiredo**, Comandante da Divisão de Trânsito da PSP de Lisboa;

2.6. **José Manuel Marques Coelho**, Representante Local da Autoridade Marítima Nacional;

2.7. **Tiago Daniel da Costa Oliveira**, Secretário Geral da CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional;

2.8. **Mário Joaquim da Silva Mourão**, Secretário-Geral da UGT - União Geral de Trabalhadores;

2.9. **Ana Paula Gouveia Pardal**, Diretora do Estabelecimento Prisional do Linhó;

2.10. **Lígia Raquel Cerejo de Campos Parente Rebelo**, Diretora do Estabelecimento Prisional de Tires;

- 2.11. **Artur Jorge Rodrigues de Amorim Girão**, Diretor (em regime de substituição) do Serviço de Gestão das Lojas da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, Lisboa, Sul e Ilhas;
- 2.12. **António Francisco Silva Oliveira**, Presidente da Associação dos Profissionais de Pesca de Cascais;
- 2.13. **Helena Isabel Palmeira Morais Bonzinho**, Responsável pelo Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Cascais;
- 2.14. **Ana Luísa Sousa Gil**, Diretora do Departamento de Educação;
- 2.15. **Frederico Tiago Pereira Costa**, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cascais;
- 2.16. **João Cardoso de Melo**, Diretor da Gestão da Estrutura Ecológica – EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A.
- 2.17. **Laura Maria Figueiredo de Sousa Dâmaso da Silveira**, Vice-Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.;
- 2.18. **Ana Cristina Marçal de Azevedo Moura**, Inspetora-diretora da Unidade Regional do Sul, da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica;
- 2.19. **Jorge Ludovico Bolas**, Major-General, da GNR - Unidade de Controlo Costeiro. *Não pode estar presente.*

## ORDEM DO DIA:

1. **Abertura dos trabalhos formais e considerações iniciais pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascais e Presidente do Conselho Municipal de Segurança;**
2. **Aprovação da Ata da Reunião do Conselho de 22/09/2023;**
3. **Análise e discussão:**
  - a. **Medidas de prevenção e controlo da delinquência juvenil, prevenção da toxicod dependência e análise da incidência social do tráfico de droga;**
  - b. **Medidas de prevenção e controlo a implementar/implementadas no âmbito do combate aos incêndios;**
  - c. **Pessoas em situação de Sem-abrigo;**

**com apresentação das seguintes entidades, nas respetivas áreas territoriais e de competências:**

- a) GNR - Destacamento Territorial da GNR de Sintra;
- b) GNR – Destacamento de Trânsito de Carcavelos;
- c) PSP - Divisão de Cascais;
- d) PSP - Divisão de Segurança Aeroportuária e Controlo Fronteiriço de Lisboa;
- e) Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes – Aeródromo de Tires;
- f) PSP – Divisão de Segurança de Transportes Públicos Rodoviários;
- g) Polícia Marítima;
- h) Representante dos Agrupamentos de Escolas do Ensino Público;
- i) Representante dos Estabelecimentos de Educação do Ensino Privado;
- j) SPC – Serviço de Proteção Civil;
- k) Director da Gestão da Estrutura Ecológica – EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A.
- l) Secretariado dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Cascais;
- m) DINC – Divisão de Intervenção Comunitária da CMC;
- n) DPF – Divisão de Polícia Municipal de Cascais.

#### **4. Convidados especiais:**

4.1 Comandantes dos Bombeiros Voluntários com intervenção no **“Parque Natural Sintra Cascais”**:

- a) Comandante dos Bombeiros Voluntários de São Pedro de Sintra, Hugo Marques;
- b) Comandante dos Bombeiros Voluntários de Almoçageme, Bruno Tomás – *Não pode estar presente;*
- c) Comandante dos Bombeiros Voluntários de Colares, António Pedro Louro- *Não pode estar presente;*

4.2 Sr. Major Filipe Alves de Sousa, Diretor do Departamento da Polícia e Fiscalização Municipal (DPF) da Câmara Municipal de Sintra

**5. Outros assuntos de carácter geral relativos à segurança e ordem pública no concelho;**

**6. Considerações finais e encerramento dos trabalhos pelo Exmo. Senhor Presidente do Conselho Municipal de Segurança.**

# CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL

\*\*\*

Pelas nove horas e trinta minutos, deu início à sessão o Dr. Carlos Carreiras, Presidente da Câmara Municipal de Cascais e Presidente do Conselho Municipal de Segurança, com a apresentação de cumprimentos aos presentes referindo que é um bom hábito iniciar as reuniões na hora certa e deu início ao Conselho Municipal de Segurança, mencionando que todos os presentes teriam na sua posse a agenda.

O Senhor Presidente iniciou com o ponto 1. da ordem do dia, informando que não houve inscrições, mas que está definido que o público em geral pode participar na reunião inscrevendo-se, e ainda assim, perguntou se havia alguma intervenção do público, não havendo, deu início à tomada de posse dos senhores e senhoras conselheiros.

Tomaram posse:

**Gabriela Lopes Feiteira**, Juiz Presidente da Comarca de Lisboa Oeste;

**Maciel Loureiro da Rocha**, Comandante da Divisão da PSP de Cascais;

**Luís Manuel Fonseca Ferrão**, Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes – Aeródromo de Tires;

**Bruno Miguel Ramos Alves**, Comandante da Divisão de Segurança a Transportes Públicos Rodoviários da PSP de Lisboa;

**Henrique Jorge da Rocha Gomes Figueiredo**, Comandante da Divisão de Trânsito da PSP de Lisboa;

**José Manuel Marques Coelho**, Representante Local da Autoridade Marítima Nacional;

**Tiago Daniel da Costa Oliveira**, Secretário Geral da CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional;

**Mário Joaquim da Silva Mourão**, Secretário-Geral da UGT - União Geral de Trabalhadores;

**Ana Paula Gouveia Pardal**, Diretora do Estabelecimento Prisional do Linhó;

**Lúgia Raquel Cerejo de Campos Parente Rebelo**, Diretora do Estabelecimento Prisional de Tires;

**Artur Jorge Rodrigues de Amorim Girão**, Diretor (em regime de substituição) do Serviço de Gestão das Lojas da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, Lisboa, Sul e Ilhas;

**António Francisco Silva Oliveira**, Presidente da Associação dos Profissionais de Pesca de Cascais;

**Helena Isabel Palmeira Morais Bonzinho**, Responsável pelo Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Cascais;

**Ana Luísa Sousa Gil**, Diretora do Departamento de Educação;

**Frederico Tiago Pereira Costa**, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cascais;

**João Cardoso de Melo**, Director da Gestão da Estrutura Ecológica – EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A.;

**Laura Maria Figueiredo de Sousa Dâmaso da Silveira**, Vice-Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.;

**Ana Cristina Marçal de Azevedo Moura**, Inspetora-diretora da Unidade Regional do Sul, da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica;



CÂMARA MUNICIPAL

**Jorge Ludovico Bolas**, Major-General, da GNR - Unidade de Controlo Costeiro. *Não pode estar presente.*

\*\*\*

Terminada a tomada de posse, foi retomada a palavra pelo Senhor Presidente que deu continuidade à ordem do dia da agenda, seguindo para o ponto 2. com a aprovação da ata da reunião do Conselho Municipal de Segurança, de vinte e dois de setembro de 2023, referindo que foi distribuída aos presentes que já faziam parte do Conselho Municipal de Segurança, sendo que os restantes não terão necessariamente de se pronunciar. Disto isto, o Senhor Presidente questionou se algum dos membros teria alguma proposta de alteração ou intervenção à referida ata, não havendo, passou à votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente passou ao ponto 3. orientando a reunião para a análise e discussão das medidas de prevenção e controlo de delinquência juvenil, prevenção da toxicoddependência e análise da incidência social do tráfico de droga, medidas de prevenção e controlo a implementar e implementadas no âmbito do combate aos incêndios e ainda, sobre a temática das pessoas em situação de sem-abrigo.

Dito isto, o Senhor Presidente passou por convidar as várias instituições para fazerem a sua apresentação no âmbito das suas competências, começando pela GNR, pelo Destacamento Territorial da GNR de Sintra, seguir-se-á, também da GNR, o Destacamento de Trânsito de Carcavelos.

\*\*\*

**Destacamento Territorial da GNR de Sintra, Capitão Fernando António Ferreira da Silva**, deu início à sua apresentação, começando por agradecer o convite e cumprimentar o Senhor Presidente, bem como, as restantes entidades presentes, desejando um bom dia e bom trabalho. Iniciando, refere fazer uma apresentação muito sucinta daquilo que é o globo da criminalidade, também seguindo um pouco daquilo que são os aspetos da agenda, iniciando pelas medidas de prevenção no controlo de delinquência juvenil, prevenção da toxicoddependência e análise das incidências do tráfico de droga. Relativamente à área da guarda na zona de Cascais no concelho de Cascais, fez-se uma análise anual de acordo com o RASI (Relatório Anual de Segurança Interna), acabando por integrar janeiro a junho, ou seja, o primeiro semestre do ano permitiu-lhes dar vinte e dois registos criminais ou contraordenacionais, neste caso cinco contraordenações e dezassete crimes no âmbito da droga, droga esta relacionada com atividade criminal e grupos criminosos juvenis. Destas vinte e duas ocorrências criminais, resultam dez de revistas a pessoas e as outras doze deteções em flagrante delito. Em análise a atividades em ambiente escolar, houve um crime neste âmbito, não sendo por isso registo de grande significado.

Ainda no ambiente escolar e já que se fala de delinquência juvenil, por estar interligado às escolas onde atuam e conseguem ter uma melhor precissão quanto à criminalidade, foram registados vinte e quatro crimes durante este ano letivo, com início em setembro de 2023 até ao momento, sendo que a incidência tem a ver com as ofensas à integridade física, crime este que foi registado por oito vezes com ofensas corporais. Destes vinte e quatro crimes, registaram ainda impugnação sexual logo a seguir com cinco incidências, detenção de arma proibida com quatro incidências, nas relações entre pares que está muito em voga no conceito de *bullying* tiveram apenas dois registos e um de consumo de estupefacientes no interior da escola, como já referido. E sem significado, a posse de um artigo pirotécnico e também o crime de maus-tratos ou de ameaças. Ainda no ambiente escolar, foram sinalizados para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo quarenta e quatro menores e também, catorze situações de abandono escolar por parte de menores. Como resultado e sendo de maior importância no âmbito das escolas, tiveram um incremento daquilo que foi o patrulhamento verificado comparativamente a anos anteriores, embora os anos durante a COVID não tenham

tido reflexo, tiveram cerca de trezentas e quarenta patrulhas designadas para o patrulhamento de proximidade junto das escolas na freguesia de Alcabideche. O aumento das ações de sensibilização também foi verificado, tendo sido feitas cerca de oitenta e quatro em contexto escolar até vinte e um de junho. A maior incidência das ações foi sobre o tema *ciberbullying*, internet segura, o *bullying* e a prevenção de consumo de álcool e estupefacientes. Para finalizar o tema escolar, verificou-se um ligeiro aumento (cerca de três a quatro por cento) na relação de conflito entre alunos. Esta relação de conflito teve mais significado quando a comunidade escolar tem uma intervenção junto dos pais, em que os próprios pais e familiares têm uma participação onde se verificam comportamentos até mais agressivos, não no ponto de vista que é o conceito do ambiente escolar e familiar de

acompanhamento ao aluno, mas normalmente o que tem sido reportado pelos Diretores das escolas tem pouco a ver com os próprios pais que querem tirar satisfações e também intervir de forma muito evasiva no contexto escolar. A nota de relevo foi terem registado a quantidade de alunos com armas proibidas (navalhas e facas) e verificaram um aumento da posse destas armas por parte dos alunos. Passando para outro item que tem a ver com comparativo de crimes entre os anos de 2023 e 2024, foi feito um comparativo entre janeiro e junho dos dois anos, e no global, verificaram a ocorrência de menos 117 (cento e dezassete) crimes. Houve 1058 (mil e cinquenta oito crimes) em 2023 e 941 (novecentos e quarenta e um) crimes registados no mesmo período no ano de 2024. O único crime que subiu, foi o crime contra a propriedade, os furtos em interior de veículos foi o crime em que se registou um acréscimo, houve mais dezoito crimes do que ano anterior. De resto, toda a outra criminalidade baixou comparativamente ao ano anterior.

Por fim, deixar uma nota sobre os dados apresentados no relatório da comissão de análise integrada da delinquência juvenil e criminalidade violenta, relatório este que está disponível e onde constam vários fatores de análise e pode ter várias leituras. No global, retira-se daqui que houve um aumento da criminalidade em grupo, com incidência de menores neste caso com crimes a serem cometidos com crianças cada vez mais novas. A integração de crianças em grupo, no âmbito de estupefacientes, tem-se verificado um aumento sobretudo nos processos de investigação criminal que estão em curso e que têm o crime base o tráfico de estupefacientes, verificou-se o aumento do uso de crianças que servem como correio, nesse aspeto e nesse patamar concordam e os números dão-lhes alguma sustentabilidade para essa concordância, com o que foi apresentado neste relatório e que está disponível. Relativamente às linhas e recomendações, foram observadas algumas das recomendações tidas no relatório da Comissão de Análise Integrada e estão neste momento no curso do desenvolvimento de algumas das medidas que possam ter algum efeito sobretudo as que estão ao nível da força de segurança, são elas uma maior incidência na ação escolar e tentar ainda mais desmistificar o que são os efeitos nocivos do consumo dos estupefacientes e também o que está incorporado nas medidas com outros (OPC's) Órgãos de Polícia Criminal e também com a autarquia, conseguir fazer linhas de orientação sobretudo mais próximas dos bairros sociais. Mostrou-se disponível para quaisquer questões que quisessem apresentar. Informou que no presente ano a GNR reforçou aquilo que foi a presença de Polícias na área de disponibilidade em Alcabideche, mostrando-se satisfeito como Comandante por ter recebido mais efetivos, no período entre março e maio, houve um acréscimo significativo de militares, reforço este não verificado nos últimos anos e espera que se mantenha. De acordo com a estatística e daquilo que são os números da criminalidade violenta e grave, fizeram um reforço do patrulhamento de outros níveis de intervenção operacional, nomeadamente os níveis de intervenção rápida, que ocorre sobretudo no período noturno onde se verificam a ocorrência de alguns crimes que oferecem maior preocupação.

O Capitão Fernando António Ferreira da Silva agradeceu e finalizou assim a sua apresentação.

O Senhor Presidente agradeceu e de seguida convidou o Sr. Comandante do Destacamento de Trânsito da GNR de Carcavelos.

\*\*\*

**Destacamento de Trânsito da GNR de Carcavelos, Capitão Cardoso**, deu início à sua apresentação, começando por agradecer o convite e cumprimentar o Senhor Presidente, bem como, às restantes entidades presentes. Referiu que desempenha o cargo de Comandante do Destacamento de Trânsito de Torres Vedras, acumulando em suplência o cargo de Comandante do Destacamento de Trânsito da GNR de Carcavelos. Acrescentou que iria ser sucinto na sua apresentação, fazendo um breve enquadramento passando de seguida a descrever a atividade operacional e sinistralidade rodoviária.

Continuou por dizer que o Destacamento de Trânsito da GNR de Carcavelos (DTGNRC) é uma subunidade de escalão de companhia, pertence ao Comando Territorial de Lisboa e tem como principal missão a fiscalização, ordenamento e disciplina da circulação rodoviária nos principais concelhos, nomeadamente, Cascais, Sintra, Mafra, Oeiras e Lisboa.

De uma forma geral reforçou que a missão da GNR, assenta essencialmente na fiscalização e regularização da circulação rodoviária, bem como, proteção e socorro.

O DTGNRC tem à sua responsabilidade cerca de 135 (cento e trinta e cinco) km de via para patrulhamento e segurança, dispendo de meios auto 15 (quinze) viaturas, 6 (seis) motos e um efetivo composto por 44 (quarenta e quatro) militares.

Realçando que como autoestradas são também da sua competência o patrulhamento da AE (autoestrada) n.º 5 e a AE n.º 16.

Dados estatísticos comparativos para 2021, 2022, 2023 e dados até 31 de maio de 2024. Verificaram que a nível de patrulhas, conseguiram lançar até ao momento cerca de 1280 (mil duzentas e oitenta) patrulhas durante este ano. No ano passado foram fiscalizados 11.430 (onze mil quatrocentos e trinta) condutores, resultando em 4.105 (quatro mil, cento e cinco) contraordenações e 158 (cento e cinquenta e oito) crimes. Desde o início do ano, fiscalizaram 7.082 (sete mil e oitenta e dois) condutores, 1.818 (mil oitocentas e dezoito) contraordenações e 57 (cinquenta e sete) crimes, tendência abaixo dos valores do ano transato.

No que respeita à sinistralidade, em concreto, o ano de 2023, foram registados um total de 227 (duzentos e vinte sete) feridos leves, 10 feridos graves e 5 (cinco) vítimas mortais, dos quais, 64 (sessenta e quatro) foram na área de Cascais, dos 10 (dez) feridos graves, 3 (três) foram na área de Cascais. Olhando para os dados de 31 de maio, registam-se já 85 (oitenta e cinco) feridos leves, dos quais, 5 (cinco) feridos graves, 3 (três) vítimas mortais, números que preocupam pese embora tenha havido uma diminuição do n.º de acidentes, eles tornaram-se mais gravesos.

Ainda no âmbito da sinistralidade, foram identificados alguns pontos negros, tratando-se da zona de portagens de Carcavelos - A5 e na A16, melhor identificado no slide que apresentou. Na opinião do interlocutor, esta é uma situação que preocupa o Comando da Guarda, cientes das necessidades de meios humanos, estão a desenvolver esforços para efetivarem um reforço de 10 (dez) militares naquele Destacamento de Carcavelos, permitindo uma maior capacidade de projeção de efetivos para o terreno o que permitirá aumentar a capacidade de fiscalização, bem como, a capacidade de prevenção rodoviária para evitar que ocorram mais acidentes e diminuir o número de feridos e vítimas mortais. O Sr. Comandante deu por finalizada a sua apresentação mostrando-se disponível para quaisquer esclarecimentos.

# CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e passou a convidar o Sr. Superintendente Maciel Moreira Rocha da Divisão de Cascais da PSP para a sua intervenção.

\*\*\*

**Divisão de Cascais da PSP, Sr. Subintendente Maciel Moreira Rocha**, iniciou a sua apresentação, começando por cumprimentar o Senhor Presidente e na sua pessoa aproveitou para se dirigir a todos os conselheiros e cidadãos que se encontravam no Conselho Municipal de Segurança.

Na qualidade de Comandante da Divisão de Cascais em suplência, fez a apresentação dos dados estatísticos dessa Divisão que tem competência em toda a área territorial do município de Cascais com exceção da freguesia de Alcabideche. Na apresentação fez uma abordagem aos índices criminais de janeiro a dezembro de 2023, considerando que os dados de 2024 ainda não estão sistematizados, abordou também a questão dos acidentes de viação e as suas consequências na sua área de competência. Fez também a análise comparativamente ao ano homólogo de 2022. Na criminalidade geral, registou-se um aumento à semelhança da restante Polícia de Segurança Pública (a Divisão de Cascais não é diferente nessa matéria), houve um decréscimo na criminalidade violenta e grave. Na criminalidade geral tiveram um aumento de cerca de 9,1%. Em termos absolutos 387 ocorrências a mais de 2022 comparativamente a 2023. Analisando por mês e tendo escolhido os quatro/cinco crimes que mais afligem, por assim dizer, o furto por carteirista é um deles considerando que Cascais é uma zona balnear, tiveram um aumento de 18,9%, apesar de não ser um valor percentual elevado, em termos de valores absolutos, são mais catorze ocorrências. Tiveram também o furto de veículo motorizado representando um aumento de 10,3%, com um valor absoluto de mais 15 ocorrências.

No furto em veículo motorizado registou-se uma diminuição de 26,4% que corresponde a menos 111 (cento e onze) ocorrências. Furto em residências com arrombamento ou chaves falsas, tiveram também uma diminuição de 5,5% com um valor absoluto de menos 18 (dezoito) ocorrências. Furto em edifício comercial ou industrial, furto em estabelecimentos, houve também uma diminuição comparativamente ao ano de 2022 e 2023, de 4,2%, ou seja, menos quatro ocorrências. O crime de violência doméstica sofreu um aumento de 4,9% sensivelmente mais 21 (vinte e uma) ocorrências. Na criminalidade violenta e grave comparativamente a 2023, registou-se uma diminuição de 8,2%, correspondendo a menos 23 (vinte e três) ocorrências. Um dos crimes que se enquadram na criminalidade violenta e grave, são os roubos na via pública, por esticção ou não, registando-se uma diminuição de 7,9%, ou seja, menos 3 (três) ocorrências do que no ano de 2022. Todos os roubos na via pública à exceção dos roubos por esticção houve também, à semelhança da restante Polícia de Segurança Pública, uma diminuição de 10,1% com menos 16 (dezasseis) ocorrências. Relativamente aos acidentes de viação na área de responsabilidade, tiveram um acréscimo de mais 105 (cento e cinco) acidentes percentualmente cerca de 7,3% e em relação às suas consequências, nomeadamente nos feridos leves, houve um acréscimo de 64 (sessenta e quatro) feridos leves representando 14,8%, nos feridos graves, houve felizmente uma diminuição de menos 6 (seis) feridos graves o que representa cerca de 31% e infelizmente houve uma vítima mortal a lamentar, ocorrido no ano passado, no dia 26 de julho, num despiste de um veículo ligeiro de passageiros, do qual resultou um morto.

O Sr. Subintendente Maciel referiu que estes foram os dados que tinha para apresentar e que estava disponível para alguma questão que lhe fosse colocada.

Após os agradecimentos ao Sr. Subintendente Maciel Loureiro da Rocha, foi passada a palavra ao Sr. Intendente Pinho da Divisão de Segurança Aeroportuária.

\*\*\*

**Divisão de Segurança Aeroportuária, Sr. Intendente Pinho** iniciou a sua apresentação cumprimentando o Senhor Presidente e restantes presentes. Informou que a sua apresentação seria sucinta sobre o trabalho efetuado no Autódromo Municipal de Cascais. A Divisão de Segurança Aeroportuária e Controlo Fronteiriço da PSP tem na sua área de jurisdição, não apenas o Aeroporto Humberto Delgado, mas também o Aeródromo Municipal de Cascais. A PSP de uma forma muito resumida e da forma como se organiza, estão em Lisboa, no comando metropolitano. Dentro do comando metropolitano, estão numa das cinco divisões de competência especializada da Divisão de Segurança Aeroportuária e Controlo Fronteiriço, que está sediada em H24, ou seja, todos os dias do ano no Aeródromo Municipal de Cascais, desde o dia 16 de abril de 2019. Nesse dia foi inaugurada o que era a esquadra de Segurança Aeroportuária de Cascais, hoje é a Esquadra de Segurança Aeroportuária e Controlo Fronteiriço, fruto das competências adquiridas com a extinção do SEF. Num resumo estatístico muito breve, o que são, o que fazem e para quem trabalham no domínio da segurança da aviação civil e agora também do controlo de fronteiras, o que são as ameaças e o que são os desafios para quem vive, reside, usa e usufrui destas infraestruturas.

O Sr. Intendente referiu que a Divisão de Segurança Aeroportuária está a crescer em termos de números de efetivos e esperam que Cascais também seja uma realidade porque faz parte da área de responsabilidade desta Divisão. Os profissionais que trabalham em Cascais chefiados por um Chefe Coordenador e mais catorze agentes, são iminente operacionais, todos eles trabalham diretamente no terreno. O trabalho administrativo que compete neste Aeródromo é sempre assegurado pelos serviços da Divisão.

Conforme dito anteriormente, fruto da extinção do SEF, tiveram de se reorganizar. Mostrou no PowerPoint as alterações mais significativas, explicando que a Divisão passou a ter dois adjuntos, um para uma área, outro para outra. Foi criada uma esquadra de controlo fronteiriço no Aeroporto Humberto Delgado e em Cascais a esquadra que só trabalhava a questão da segurança aeroportuária, passou também a trabalhar a questão do controlo de fronteira. Agarrado a uma esquadra de intervenção e fiscalização aeroportuária, têm felizmente não em Cascais, um espaço equiparado a centro de instalação temporária no Aeroporto Humberto Delgado.

A área pública desta Divisão em Cascais no que respeita ao Aeródromo, são quase 40 mil metros quadrados, a sua zona restrita de segurança são 392 mil metros quadrados, um pouco acima, a área total quase 500 mil metros quadrados e o perímetro em Cascais 5,1. Os restantes dados são o somatório de Cascais com Lisboa e perfaz as suas áreas totais. Em termos de atribuições e competências, é obrigação da PSP, faz parte da sua orgânica, manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente, infraestruturas aeroportuárias e, fruto da extinção do serviço de estrangeiros e fronteiras, vigiar, fiscalizar e controlar as fronteiras aeroportuárias, assim a circulação de pessoas nestes postos de fronteira. Do mesmo modo, gerir espaços de instalação temporária. Neste domínio, uma Divisão de segurança aeroportuária é uma esquadra territorial em que tratam daquilo que é o Policiamento geral, as matérias de segurança da aviação civil, da proteção da fronteira aérea e fruto da extinção do SEF tratam do controlo da fronteira aérea. De forma muito resumida, a manutenção da ordem pública, a prevenção de crimes, mobilidade, ornamento e regularização de trânsito no que diz respeito ao Policiamento geral. No que diz respeito à segurança da aviação civil, assegurar a operação dos centros de operação e segurança do aeroporto, assegurar nos termos do programa nacional de segurança da aviação civil a verificação de antecedentes criminais para

# CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL

a emissão de cartões de acesso às zonas restritas do aeródromo, ou seja, todas as pessoas são sujeitas a uma verificação de antecedentes para poder laborar nas zonas restritas.

Garantem a guarda e o patrulhamento interno e externo do aeródromo, colaboram nas ações de formação e treino que sejam estabelecidas, garantem o controlo de multidões e ainda, fiscalizam e supervisionam a atividade desenvolvida pelos "APAS" os elementos de empresas contratadas, coordenam o conjunto de ações respeitantes às várias situações de contingência, assumindo umas, se se tratar de *security* ou colaborando em outras tratando-se de matéria *safety*, tratam da busca, deteção, remoção e desativação de engenhos explosivos e objetos suspeitos.

Por fim, neste domínio da segurança da aviação civil, efetuam a tomada da aeronave objeto de intervenção ilegal caso aconteça. É também da competência desta Divisão, a proteção de fronteira aérea, vigiando aeroportos, monitorizam áreas internacionais, fazem a prevenção da imigração irregular nos postos de fronteira e asseguram que todo o cidadão é submetido ao controlo de pessoas na fronteira, trata-se, portanto, de uma obrigação. Com a assunção de novas competências e olhando unicamente para Cascais, garantem o controlo *Schengen* da e de pessoas na fronteira aérea, trata-se do posto de fronteira 098, está assim identificado, não é um posto de fronteira normal, é um posto de passagem autorizado. Estão aqui a apostar na dupla capacitação dos seus profissionais, fazem segurança da aviação civil e fazem controlo fronteiriço. Recebem os planos de voo, é uma obrigação, verificam tudo o que diz respeito às bases de dados para todo o passageiro que é identificado e para todas as tripulações que lhes são identificadas, verificam os vistos, ou seja, se as pessoas podem desembarcar em território

nacional ou se podem embarcar com destino a terceiros, reapreciam os planos se forem alterados, situação que acontece várias vezes, sai um passageiro, entra outro, a tripulação muda e portanto, há sempre esta obrigação de verificação e há sempre um contacto muito próximo com o aeródromo, validam ou não validam o voo, e por regra, sendo este um aeródromo seguro, os registos de recusas que têm, são sobretudo devido a planos de voo que lhes chegam poucas horas antes, pelo que, não lhes permite verificar todas as bases, não lhes permite de forma segura dizer que essas pessoas podem entrar em território nacional e optam por negar o movimento nesse Aeródromo.

Outra competência que têm, é controlarem fisicamente a fronteira, quer nas partidas quer nas chegadas. Num breve resumo estatístico, verificam que Cascais está a crescer, quer em termos de números de movimentos de aeronaves, quer em termos de movimento de passageiros. O registo mais elevado foi no ano de 2023 com 18971 (dezoito mil novecentos e setenta um) passageiros e 47540 (quarenta e sete mil quinhentos e quarenta) movimentos de aeronaves. 2024 vai nessa senda. Comparando com aquilo que é o estado de arte de Portugal, quando olham para o movimento de passageiros, verificam que o Aeródromo Municipal de Cascais apenas suplanta dos aeroportos ANA, Beja, mas se olharmos para o movimento de aeronaves, então só é suplantado por Lisboa, Porto e Faro. Trata-se, portanto, de um espaço aéreo com muito movimento, também fruto das escolas que ali existem e que os colocam num plano de importância. Outros dados estatísticos, são as vigilâncias, rondas e controlos físicos, no que diz respeito a funcionários fiscalizados, alteraram o paradigma e deixaram de contar quem é que somavam e passaram a somar em operações e depois dividir entre livre-trânsito que dizem respeito a viaturas e CIAS que são cartões de identificação que são usados por funcionários e verificaram que têm uma operação bastante estabilizada. Mostrou no PowerPoint a curva que está mais alta, diz respeito ao tempo em que não dividiam o que era CIAS do que eram livre-trânsito.



Observando o número de pessoas que são efetivamente controladas, aí sim verifica-se que há uma tendência a decrescer nos anos 2020 sobretudo para o ano 2021 quando as pessoas julgavam que os aeródromos e os aeroportos estavam fechados, não estavam, continuavam a laborar, continuavam com a sua missão.

No que diz respeito ao controlo de fronteira aérea, comparando o ano de 2023 com o ano de 2024 em Cascais, verificam e olhando agora para os dados dos primeiros cinco meses consolidados de 2024, apuram que os dois últimos meses, abril e maio, têm valores superiores às médias registadas ao longo de todo este ano e o gráfico apresentado mostra exatamente isso, a tendência é crescente. Em termos de operações foram cumprindo com as suas obrigações, operações de controlo limite, terra, ar e zona restrita de segurança, têm uma média de quatro diárias em 2023, 120 (cento e vinte) por mês, verificação de selos e limites, o mínimo de uma por dia, foi esta a média do ano de 2023, os controlos ar e exibição de cartões, têm uma média de quinze diários e a mesma média para os livre-trânsito que são para as viaturas e, uma média de nove diários em termos de controlo.

Outros dados, registaram e apoiaram um acidente real com uma aeronave, registaram cinco alertas, um alerta vermelho, os outros laranja e amarelo.

Elaboraram 50 (cinquenta) participações diversas, levantaram 2 (dois) autos de contraordenações sobre a aviação civil, apreenderam 4 (quatro) cartões a funcionários e 2 (duas) munções no aeródromo.

Outros dados estatísticos, detiveram um cidadão por posse de arma proibida, no caso, um bastão que foi detetado no rastreio de passageiros. Isso deixou-os muito contentes, é sinal que o sistema está a funcionar. Foram detidos 6 (seis) cidadãos por crimes contra a segurança de instalações, dano qualificado e outros crimes em que o processo que corre termo está em fase de julgamento, numa quebra de segurança num corte de rede e depois o dano numa das aeronaves que estavam estacionadas em Cascais.

Apoiaram, ainda que de forma muito indireta, mas também o fizeram, aquilo que foi (e aqui pede permissão ao Senhor Presidente) o evento do ano em 2023, que foi a Jornada Mundial da Juventude, que também esteve aqui em Cascais.

Em 2024 querem consolidar a operação no Aeródromo, certificar os Polícias com dupla formação especializada, neste momento só 2 (dois) é que não a têm, reforçar a equipa da PSP, dirigir o Policiamento adaptando à presença e aos passageiros, logo, mais visibilidade quando os passageiros estão na aerogare, combater a ameaça interna, incidir na qualidade das nossas rondas e otimizar a operação de controlo de fronteira.

Por fim, o último tópico, são as ameaças e os desafios na segurança da aviação civil. Em termos de *security*, a principal é a ameaça interna, são as pessoas que fazem com que a segurança não aconteça como está no plano; são os protestos que os preocupa muito (partilhou que na passada semana, uma vez mais, um aeródromo na zona de Londres foi invadido), o terrorismo, a criminalidade organizada, a criminalidade comum e no domínio *safety*, também a ameaça interna.

Os protestos, as situações de emergência e de doença contagiosa, as fronteiras ajudam também a trazer questões que têm de ser faladas ao nível da saúde com as autoridades.

Os desafios são, a proteção dos soft targets que são as infraestruturas, a mitigação desta mesma ameaça interna, a prevenção de atos de interferência ilícita, minimizar todas as vulnerabilidades, garantir a ordem pública e a segurança, a prevenção do crime, a proteção, e agora, o controlo da fronteira e o potenciar da relação entre os diferentes *stakeholders*. Os desafios internos são, garantirem as certificações dos profissionais em segurança da área da



aviação civil, resumidamente, o crescimento do número de efetivos faz com que não tenham tempo de aprender no tempo devido tudo aquilo que é a matéria de segurança da aviação civil e isso é um desafio para que não falhem, potenciar a formação em controlo de fronteira aérea, acautelar as competências profissionais, estabilizar o efetivo especializado, otimizar recursos, inovar e o constante aprender.

O Sr. Intendente terminou a sua apresentação agradecendo ao Senhor Presidente o apoio que lhes tem dado e mostrou-se disponível para questões que quisessem colocar.

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e convidou de seguida o Sr. Comandante Bruno Miguel Ramos Alves da Divisão de Segurança de Transportes Públicos Rodoviários da PSP.

\*\*\*

**Divisão de Segurança de Transportes Públicos Rodoviários da PSP, Sr. Superintendente Bruno Miguel Ramos Alves** cumprimentou o Senhor Presidente e os demais presentes, apresentando-se e informando que está há cerca de um mês a comandar a Divisão de segurança a transportes públicos do comando metropolitano da PSP de Lisboa e começou por informar que a Divisão tem sido denominada de Divisão de Segurança a Transportes Públicos Rodoviários, mas é apenas a Transportes Públicos. Assim sendo, a área desta Divisão prende-se com a área do Metropolitano de Lisboa. Prende-se também com as linhas da CP de Cascais, de Sintra, e da Azambuja. Logo, ainda não têm a competência dos transportes rodoviários.

Relativamente a esta Divisão, têm efetivamente sete estações que estão dentro da linha de Cascais da CP, desde a estação de Carcavelos até à estação de Cascais. Salientou um ponto que pode ser consultado no Relatório Anual de Segurança Interna de 2023, que refere que o roubo em transporte público em Lisboa, aumentou face a 2022, cerca de 27% correspondendo a 316 (trezentos e dezasseis) roubos em transporte público em Lisboa. A nível nacional, também houve um aumento, menor, de cerca de 7,6%. Estes dados constam no Relatório Anual de Segurança Interna, qualquer um dos presentes pode consultá-lo pois está disponível como todos sabem. A boa nova é que relativamente à linha de Cascais, desde Carcavelos até Cascais esta tendência não se regista, aliás, informa que a criminalidade é residual, muito residual. E ainda também que muita desta criminalidade vem da proatividade Policial, ou seja, das inúmeras operações que são feitas, são consumadas detenções de cidadãos e efetivamente isso depois dá origem a um incremento da criminalidade, mas é fictícia porque vem da proatividade policial.

O verão está a iniciar e a Divisão de Segurança a Transportes Públicos, tal como das demais Divisões do comando metropolitano de Lisboa, têm uma operação específica para este período. Irá ser feito um reforço do policiamento de visibilidade e uma intensificação das operações policiais. Como critérios escolheram as zonas de maior concentração de pessoas, logo no que concerne aos transportes, têm também estudado os momentos, os horários e os períodos de horários em que efetivamente há uma maior concentração de pessoas e vão ter isso em conta.

Como principais dificuldades da Divisão, uma vez que os recursos humanos são finitos, é a impossibilidade de policiar todos os comboios. É um desiderato desta Divisão, não só garantir a segurança nas estações, mas também no interior dos comboios. Infelizmente, a dinâmica por vezes e a quantidade de recursos não permite fazer um policiamento contínuo em todos os comboios. A deslocação dos elementos da Divisão está muito dependente na circulação de comboios e por vezes acaba também por ser um problema, porque ocorrem situações em que

impedem a circulação de comboios e depois a deslocação da Divisão também acaba por o ser. Claro que têm de socorrer do transporte rodoviário que também têm, mas acaba por ser sempre um plano B.

Alguns fenómenos criminais, ainda que de pouca expressão, têm aqui uma influência muito significativa no sentimento de segurança. Como por exemplo, as intrusões nas linhas quer para a realização de graffitis, quer para o furto de cobre, são situações que efetivamente têm pouca expressão numérica e são facilmente ultrapassáveis, mas de todo modo, quer os graffitis, quer a paragem da linha porque por vezes não haver eletricidade porque foi furtado o cobre, faz com que as pessoas tenham um obstáculo e cria um sentimento de não haver segurança.

Também registaram vários acidentes ferroviários com vítimas, algumas mortais, o que acaba por ser também um obstáculo. Têm um protocolo celebrado com o Ministério Público no sentido de ultrapassarem algumas diligências processuais legais quando há necessidade, por exemplo, quando há vítimas mortais e a recolha do cadáver, de forma a terem o menos tempo possível a linha interrompida, o que não deixa de ser também um problema, ainda que tenham algumas medidas para mitigar e para tentar uma resolução mais célere.

Pontos positivos da Divisão, vão reiniciar o curso de segurança a transportes públicos, que já iniciou na era antes da pandemia. Entretanto, pelas razões que todos conhecem, foi suspensa e é intenção agora voltar à carga com este curso. É um curso especializado de Polícia, esta área muito específica com componentes muito especiais e é necessário que os Polícias estejam formados para um bom desenvolvimento da atividade Policial nesta área. Contam também como ponto positivo, o apoio das principais entidades parceiras da Divisão de Segurança a Transportes Públicos, os Comboios de Portugal, o Metropolitano de Lisboa, as Infraestruturas de Portugal. Têm ainda uma ideia que também está no prelo, que é a realização de um minicurso de segurança a transportes públicos, no sentido de dizer que será uma extensão do programa Escola Segura. A ideia será promover um conjunto de conhecimento que entendem que será conveniente e extremamente benéfico para as crianças e jovens numa idade mais tenra, poderem ter este contato e saber quais são as melhores dicas de segurança e outras. Quando se fala de Segurança não é só de *security*, mas também da parte *safety*. E, portanto, comecem a aprender a andar em segurança nos transportes públicos. É um programa que esperam desenvolver ainda este ano e depois através das diversas Escolas Seguras das Divisões territoriais, neste caso da Divisão Policial de Cascais, fazê-lo chegar às escolas para que estas se possam inscrever e mandar as suas turmas para estes cursos.

O Superintendente deu por terminada a sua apresentação referindo que foi a primeira vez que participou no Conselho Municipal de Segurança e mostrou-se disponível para eventuais questões, dúvidas ou sugestões que quisessem colocar.

O Senhor Presidente agradeceu a prestação e convidou de seguida a Polícia Marítima.

\*\*\*

**Polícia Marítima de Cascais, Sr. Comandante José Manuel Marques Coelho** iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente e os membros da comissão, iniciando por informar que sendo a primeira vez que participava nesta reunião, restringiu-se aos três tópicos mencionados na convocatória e que, eventualmente numa próxima reunião, fará uma abordagem mais alargada sobre a ação da Polícia Marítima.

No primeiro tópico foi solicitada a questão da delinquência juvenil. Efetivamente na área de responsabilidade de Cascais no domínio Público Marítimo, a preocupação são as praias mais movimentadas e no período de primavera/verão têm feito um esforço de patrulha e nesta área

# CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL

em particular, a ação só é eficaz com o apoio cada vez mais forte, e salienta que muito agradecem o apoio da PSP, porque muitas das ocorrências acabam até por ficar na competência da PSP logo na primeira ação. Algumas ficam com esta Polícia, outras ficam diretamente com a PSP.

O segundo ponto tem a ver com a toxicodependência. Não têm relatos nos últimos três anos de ocorrências toxicodependência nas praias. Obviamente falam de situações mais graves, porque, principalmente o consumo das drogas leves, começa a ser generalizada e é difícil de controlar. Vão tentando regular e controlar, mas situações mais graves não têm registo. Na parte do tráfico de droga por via marítima, têm muitas ocorrências mais para sul do país. Aqui na zona, para já, não constitui um motivo de preocupação.

Sobre os incêndios, a zona de Cascais, na área de responsabilidade desta Polícia, é praticamente nula ou insignificante. Mantêm a patrulha, mas a principal incidência tem a ver com as áreas de *scooping* junto ao Forte São Julião da Barra. Quando são ativados, têm de garantir a segurança. Este ano ainda não tiveram nenhuma ocorrência.

Referiu depois algumas notas mais genéricas, tais como, questões de segurança que estejam relacionadas com a atuação desta Polícia. Num primeiro ponto, os suicídios no mar ou junto ao mar cujos números têm-se mantido mais ou menos constantes. Houve algumas tentativas este ano, mas não nenhuma consumada. Outro ponto de preocupação são os cabos submarinos para se constituírem uma infraestrutura crítica. Têm tido algumas intervenções na zona de Carcavelos, na estação terminal. As várias avarias ou danos que têm sido acidentais, não são deliberados, mas não deixa de constituir uma preocupação, porque os dados são cada vez mais importantes e Carcavelos está a receber cabos extremamente importantes para o panorama mundial de cabos submarinos e estes pontos de aterragem são bastante sensíveis. Têm feito algum esforço de monitorização, quer das atividades de pesca e recreio, mas eventualmente de outras atividades com intenções criminosas.

Outro ponto ainda tem a ver com a fronteira marítima. A Marina de Cascais constitui-se como um posto de passagem autorizado, um posto de fronteira. Têm um novo agente, a GNR como Polícia de fronteira. No último ano, a atividade tem sido normal. A adaptação está a correr bem entre estas duas forças de segurança, nada de relevante.

Um último ponto para a cooperação que está implementada desde o ano passado na área da segurança balnear entre as diferentes forças policiais. Surgiu sendo a Polícia Marítima a principal responsável pela segurança nas praias e, considerando o reduzido efetivo desta Polícia, têm tido a colaboração das restantes Polícias e dos relatos que têm recebido até ao momento, destacam-se pela positiva a presença visível da PSP, particularmente no passeio marítimo que constitui uma grande mais-valia para a segurança das praias.

O Sr. Comandante terminou a sua intervenção, agradecendo.

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e passou a convidar o representante do Agrupamento de Escolas do Ensino Público, mas não estando presente, convidou a representante dos Estabelecimentos de Educação do Ensino Privado, Professora Maria José Andrade Machado Fernandes, que iniciou a sua intervenção agradecendo a oportunidade de estar presente.

\*\*\*

**Representante dos Estabelecimentos de Educação do Ensino Privado, Professora Maria José Andrade Machado Fernandes** começou por dizer que não sentem aumento, mas a permanência de conflitos entre alunos, sobretudo resultado dos efeitos das redes sociais. É, portanto, uma das grandes preocupações que as escolas têm. Outra preocupação, tem a ver muitas vezes com as queixas da perturbação da quietude dos espaços envolventes junto das escolas. Questionou o que têm feito as escolas em conjunto com a Escola Segura, com a Câmara Municipal de Cascais e com as próprias ações das escolas? A resposta é a aplicação de programas de prevenção na área do *cyberbullying*, na área dos efeitos nocivos do consumo do álcool e na área de boas práticas no que diz respeito a relações positivas entre os alunos. E isso, de facto, tem sido uma constante devido a uma ação muito eficaz de há uns anos largos, da Câmara Municipal de Cascais e da Escola Segura.

Por outro lado, em termos de escolas, estas promovem na área da cidadania e desenvolvimento ações de prevenção sobre consumo de álcool como referido, o uso do excessivo do telemóvel e na grande maioria das escolas privadas, há neste momento a proibição do uso dos telemóveis por parte dos alunos até ao nono ano. No caso dos alunos do ensino secundário, os alunos podem ter o telemóvel, mas não podem usar durante as aulas. Tem sido, de facto toda uma ação que se consegue ter sucesso, apesar de haver situações em que não se consegue, de facto, resolver os pequenos conflitos entre alunos, e repetiu que tem sido uma ação muito, mas mesmo muito concertada com a Câmara Municipal de Cascais e com a Escola Segura, a quem agradeceu.

A Professora Maria José Andrade Machado Fernandes terminou a sua intervenção agradecendo ao Senhor Presidente.

O Senhor Presidente convidou de seguida o Serviço Municipal de Proteção Civil.

\*\*\*

**Serviço Municipal de Proteção Civil, Diretor Rui Ângelo**, deu início à sua apresentação começando por cumprimentar o Senhor Presidente e os senhores conselheiros e entidades presentes da parte da proteção civil de Cascais.

Iniciou por abordar apenas o tema do combate aos incêndios que foi solicitado na ordem de trabalhos. Não irão ter uma abordagem retrospectiva, até porque o patamar municipal da proteção civil não tem acesso aos dados estatísticos dos incêndios rurais, sendo um exclusivo do Ministério da Administração Interna e da Autoridade Nacional de Emergência Proteção Civil.

Aproveitaram a oportunidade, numa ótica mais prospetiva e não retrospectiva de apresentar o que ficou definido na Comissão de Defesa da Floresta Sintra-Cascais, que é uma Comissão que até congrega, quer as entidades que atuam do lado Sintra, quer as que atuam do lado Cascais, porque o Parque Natural Sintra-Cascais é, de facto, um Parque Natural que não tem divisões territoriais concelhias.

É um Parque Natural que abrange dois concelhos e no âmbito desta comissão, cada um dos municípios, ou numa ótica mais abrangente, cada um dos concelhos trabalha alguns temas de forma articulada e, de forma muito sucinta, apresentaram como é que se vai proceder em caso de necessidade o fecho da Serra do Parque Natural Sintra-Cascais do lado de Cascais, sempre nesta ótica relacionada com o perigo de incêndio rural.

Como será do conhecimento de todos, é responsabilidade do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, definir o perigo de incêndio para cada concelho e é apresentado diariamente no site do IPMA, num *link* específico com uma particularidade que a avaliação pode ser alterada todos os dias à meia-noite ou às 08h00 da manhã o que obriga a algum grau de adaptabilidade

# CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL

e flexibilidade por parte de todas as entidades e o que está definido é que, em caso de perigo de incêndio muito elevado ou máximo, deve ser então proibida a circulação de veículos nas áreas florestais públicas ou na designação das APPS (áreas prioritárias de prevenção e segurança).

O entendimento que têm as várias entidades é que é a proibição de acesso a veículos. Importa também clarificar porque há diferentes entendimentos, mas o entendimento das forças de segurança, nomeadamente presentes e da Guarda Nacional Republicana, uma vez que o Parque Natural Sintra-Cascais é só a freguesia de Alcabideche no concelho de Cascais, é que a proibição de acesso a cidadãos dentro do espaço Parque Natural Sintra-Cascais, apenas acontece na situação da declaração da situação de contingência prevista na lei de bases de proteção civil, que aí sim, menciona a proibição de acesso e manutenção nos espaços florestais que aconteceu em 2022, mas não em 2023.

Assim sendo, deu nota que do lado de Cascais, quando se verificar o perigo de incêndio muito elevado ou máximo, o que está a definido são as duas vias rodoviárias que dão acesso ao interior do Parque Natural Sintra-Cascais do lado Cascais, nomeadamente a Rua dos Capuchos e a Barragem da Mula, ambos na estrada da Serra E9 1, serão então fechadas.

Para o efeito, foi já colocado este ano e estarão operacionais duas cancelas com alta visibilidade também para o período noturno, porque não queremos que, evitando o acesso de veículos dentro do Parque Natural, também possam promover a estabilidade rodoviária e também com uma informação que foi colocada recentemente, dando nota de ser uma área restrita, o motivo de ser uma área restrita devido ao perigo de incêndio, em português e em inglês, até pela própria visitação do Parque Natural, com muitos turistas associados e dar nota ainda da necessidade que tiveram de clarificar que o artigo nº 50 do Código da Estrada, refere que é exatamente proibido o estacionamento nas vias, porque o ano passado, apenas numa única vez que utilizaram as cancelas, houve alguns cidadãos que estacionaram, mesmo em frente à cancela.

O objetivo da cancela não é apenas que as pessoas não se dirijam para dentro do Parque Natural, mas permitir também que as vias fiquem libertas, quer para um processo de evacuação em caso de necessidade e, principalmente, para as forças de socorro, seja de segurança para fazer a evacuação, quer dos bombeiros, para que possam ir dentro do Parque Natural, nomeadamente fazer algum combate nascente de algum incêndio.

Foi definido e é importante na ótica de ser um procedimento mais ágil, os procedimentos de todas as entidades relacionadas com a ativação deste processo, a proteção civil municipal de Cascais faz a monitorização, gera um canal de *WhatsApp* para comunicação rápida entre todas as entidades envolvidas. Têm os sapadores florestais que fazem vigilância com capacidade primeira intervenção e fazem a articulação, quer com o patamar sub-regional, conforme está definido no sistema de proteção civil, neste caso o comando sub-regional da grande Lisboa da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, quer a articulação com a Proteção Civil de Sintra, do qual expressou publicamente a excelente relação que têm e que os permite fazer este trabalho conjunto, e através da Proteção Civil Municipal de Sintra, fazer a articulação com as outras entidades, obviamente do lado de Sintra, desde a Polícia Municipal de Sintra, como a empresa Montes da Lua, a congénere da Cascais Ambiente, com o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e com outras entidades que assim seja necessário.

A Polícia Municipal de Cascais tem aqui um papel também essencial, quer na questão do fecho das cancelas, quer na questão dos fechos dos estacionamentos, exatamente para fazer com que haja uma menor afluência de veículos ao Parque Natural Sintra-Cascais, continua a haver pessoas que vão de bicicleta, outros vão correr, mas aqui a questão são veículos e também com o patrulhamento da zona do Parque Natural Sintra-Cascais através da unidade da Polícia Ambiental da Polícia Municipal de Cascais.

A Cascais Ambiente também tem aqui um papel fundamental, com muitas cancelas que existem da sua responsabilidade. Realçou um pormenor, braçadeiras plásticas, há outras que são fechadas com cadeado, as que são com cadeado, todas as forças de segurança terão acesso ao código, as braçadeiras de plástico facilmente são cortadas em caso de necessidade. Também as atividades de campo de Base da Pedra Amarela serão canceladas e as da Quinta do Pisão. Os Rangers da Cascais Ambiente ajudam também na vigilância, apesar de não terem vertente de combate a incêndios nascentes, mas na vigilância e na sensibilização.

Tudo com trabalho de comunicação à população em geral. Para se perceberem o que implica através da autoridade de transportes do município de Cascais, também terão de fazer o cancelamento do autocarro movido a hidrogénio, porque a única forma de dar a volta é na Barragem da Mula e estando encerrada, esta via fica suspensa.

A Guarda Nacional Republicana, obviamente está aqui só o patrulhamento, mas que tem todas as outras competências legais inerentes e a GNR até é responsável por todo o sistema relacionado com a vigilância e deteção de incêndios. Portanto, com todo esse eixo do próprio processo, mas aqui dá destaque só do patrulhamento.

Os bombeiros de Alcabideche têm uma equipa pré posicionada na casa da Malveira da Serra, com capacidade para primeira intervenção e ataque ampliado, ao contrário dos Sapadores, que é só primeira intervenção e a Junta de Freguesia de Alcabideche em todo o trabalho de sensibilização e comunicação também aos cidadãos.

Para ser sucinto, tal como foi pedido, era apenas esta informação.

O Sr. Diretor da Proteção Civil terminou a sua intervenção agradecendo.

De seguida, o Senhor Presidente convidou a empresa municipal Cascais Ambiente, para a sua intervenção.

\*\*\*

**Empresa Municipal Cascais Ambiente, Diretor da Gestão da Estrutura Ecológica, Eng<sup>o</sup> João Cardoso de Melo** cumprimentou o Senhor Presidente, agradeceu o convite e começou por referir que lhe compete, no âmbito das suas competências na área da gestão estratégica, em particular no Parque Natural, apresentar um pouco do trabalho que têm feito.

Foi-lhes solicitado no decorrer do grande incêndio de 2018, após uma reflexão com o Senhor Presidente foram incumbidos para a missão de olhar para o território uma perspetiva de escala de paisagem.

O exercício que têm vindo a fazer até agora, em complemento daquilo que já foi referido pelo Dr. Rui Ângelo, daquilo que são as medidas de proteção, redução do risco de incêndio no Parque Natural e refletir um pouco, o que é que foi, o que é e o que estão a fazer. De facto, houve uma tendência em alteração de uso do solo, daquilo que era uma paisagem que existia. De facto, têm uma grande capacidade de resolver e atacar o fogo, mas é preciso perceber como é que podem resolver este problema, a longo, médio ou curto prazo de tempo.

Mas refletindo um pouco sobre o histórico, de facto, o território que temos atualmente, em nada reflete aquilo que foi o território nos anos 50. Este território era tipicamente rural, muito trabalho de campo, muito maneio dos matos e por isso, o reflexo daquilo que era a intensidade e seriedade de um fogo era completamente diferente daquilo que é hoje, um território que estaria ou está abandonado.

De facto, houve uma alteração e um paradigma muito grande naquilo que foi o abandono do êxodo rural. As pessoas que habitavam na zona Malveira com atividade agrícola, deixaram de



o fazer, deixaram de ir pastar as ovelhas ou as vacas para o monte, ou fazer o transporte da roupa que vinha da Malveira para aqui e depois era levada para cima através de burro e passaram todas a viver mais na orla costeira ou ter uma outra vida não dedicada à agricultura. Isto, naturalmente tem um impacto significativo naquilo que foi a alteração do uso do solo.

E por isso o aumento dos matos, o aumento da floresta e, naturalmente, um aumento daquilo que será a intensidade e seriedade de um incêndio rural.

Há também o paradigma muito importante que é necessário refletir, o facto da orientação da serra e altimetria, uma serra este-oeste, ou seja, uma barreira aos ventos norte, e por isso uma fixação de humidade a nível dos 300/400 metros de altitude e, por isso, sentiram ontem, naturalmente, uma intensidade de vento seco e forte do lado de Cascais. Está caracterizado o chamado efeito *Foehn* o que leva que Cascais seja de facto mais quente, mas também mais ventoso e por isso mais suscetível a incêndios, em particular incêndios com o fogo tocado a vento.

Isto de facto é um reflexo, numa análise retrospectiva desde 1975 e em particular na área junto à freguesia de Alcabideche e como mostrou no PowerPoint, verifica-se que 85% do território já ardeu pelo menos uma vez, e as manchas a vermelho forte representam os incêndios de 2018 do lado direito e o de 2023 do lado esquerdo, todos eles tocados a vento e percebe-se que há um padrão, há tipicamente dois sistemas de fogo, há o sistema de vento, onde o fogo é projetado com grande intensidade para a frente, independentemente do material vegetal e outro fogo que é um fogo mais convectivo que arde, esse sim, dependendo do material vegetal.

Foi essa reflexão, a topografia, o tipo de vegetação existente, a ocupação do solo e o tipo de clima que os levou a refletir um pouco sobre a paisagem. Naturalmente, querem e cada vez mais, no Parque Natural pelo número de visitantes que tem, um território que seja servido por todos. Mas naturalmente, se não conseguirem dominar a segurança, não da segurança que os demais presentes falaram, mas sim em particular, da segurança do fogo, tudo será um sonho, não passará para uma realidade.

No fundo, o que se está a tentar fazer, é alterar a forma como o território tem vindo a ser gerido, para que se consiga então entrar dentro deste paradigma.

Desenvolveram um conjunto de modelos de gestão (informou que não iria alongar-se nesta área por ser uma área completamente diferente) que passa muito pela recuperação dos habitats e dotar os mesmos de capacidade de resiliência.

Atualmente fala-se praticamente todos os dias das alterações climáticas e, ao fim ao cabo, dotar o território de resiliência, nomeadamente a recuperação dos seus valores naturais, aqui por exemplo, nas linhas de água, recuperação das linhas de água e aumento do teor de humidade como um fator de resiliência e capacidade de regeneração de uma ribeira após um fogo, da mata nativa que ao fim ao cabo, deixou-se de ter monoculturas ou cenários onde a floresta por si só constitui pouca diversidade e pouca complexidade e trabalhar para um cenário como é o número dois, onde a floresta é diversa com várias espécies com diferentes estruturas e complexidade e por isso, é mais resiliente no caso de incêndio.

Referiu que os incêndios e os fogos fazem parte do sistema e que irão sempre aparecer e não está a dizer que vão deixar de ocorrer, o que realmente pretendem, é que quando ocorrerem, serem capazes de os dominar mais facilmente e de os conter.

Logo, se o território for resiliente, mais facilmente também recupera em relação àquilo que é este cenário de incêndio.

No caso das dunas, por exemplo, uma duna sem pinhal, que é um reflexo de fogo, e se for uma duna cinzenta, ela por si só, é também um processo natural de redução de risco de



incêndio ou, em particular, da progressão do incêndio, como aconteceu por exemplo, no incêndio em 2018, em que o fogo ficou detido na própria duna.

Mas depois introduzir também aqui um fator muito importante, que é herbivoria e o papel dos herbívoros a médio e longo prazo na gestão da biomassa. Particularmente, esta equação que é muito interessante, existe a topografia, as condições agroclimáticas, um conjunto de animais que eles por si só, são consumidores de biomassa em estratos diferentes, desde os pastadores aos ramojadores ou os mistos e depois existe um conjunto de vegetação que interessa, por isso, reduzir em áreas específicas e estratégicas para que com isso, se consiga não impedir o fogo, mas contê-lo e reduzir a sua intensidade e severidade o que pode facilitar depois o combate, mas também facilitar depois a sua recuperação natural.

E por isso, e particularmente nestas áreas, onde o fogo é de vento e por isso projeta-se muito facilmente a quilómetros neste último fogo de 2023, foi projetado a 4 (quatro) kms de distância em comprimento e 750 (setecentos e cinquenta metros) de largura quer dizer que a capacidade que há de o fogo avançar, e por isso, as faixas que são implementadas no plano municipal de defesa contra incêndios, de 50 (cinquenta) ou de 100 (cem) metros são impotentes em relação à capacidade de projeção e daí, a necessidade de aumentar as áreas de mosaico e descontinuidade da paisagem.

Trata-se de um exemplo nas zonas de matos, onde ocorre muito na cintura periurbana, que vai desde a Ribeira da Penha Longa até ao Abano, uma zona de matos mediterrânicos onde interessa, por isso, criar momentos de descontinuidade e aqui é uma sequência do que estamos a fazer. Ora, numa primeira fase, mais a intervenção humana ou mecânica, através de fogo controlado, por exemplo, ou recorrendo a tratores e depois criando a descontinuidade e introduzindo então os animais nestes elencos variados que fazem pressão sobre diferentes estratos de vegetação para a médio longo prazo, irem gradualmente, transformar a vegetação ou a paisagem numa vegetação mais aberta e menos propícia para os fogos. No caso dos matos, em particular na zona da Peninha, a introdução novamente de grandes herbívoros, tais como, cavalos garranos e vacas baronesas na zona da Peninha. Na zona do Pisão, de cavalos sorraias, de veados, de corços, de burros também, e por isso, utilizar esse animais que a médio longo prazo vão novamente moldar esta paisagem, transformá-la numa paisagem mais resiliente.

Em particular, numa zona também muito fustigada pelos incêndios da zona toda dos vales suspensos entre a Biscaia e a Malveira da Serra, utilizar por exemplo, também a questão dos caprinos, como as cabras saporadas, sendo esta terminologia um pouco errónea, mas tem a capacidade de, através da transumância, consumir vegetação em algumas zonas críticas do território.

Este projeto a ser implementado no âmbito do Projeto LIFE, que vai durar durante os próximos cinco anos. É, de facto, um projeto muito interessante e inovador e está a ser bem referenciado a nível nacional e internacional, o que desperta uma questão muito importante que tem a ver com todos estes animais que são naturalmente referenciados, têm todos coleiras GPS e estão todos identificados.

Porque a nível de segurança e do bem-estar também é importante no caso do decorrer do incêndio de 2023, sabiam perfeitamente onde eles estavam e através dessas coleiras GPS, embora depois tenham tido uma quebra nas comunicações, conseguiram perfeitamente perceber o que estava a acontecer em termos da deslocação dos animais, identificar a situação corporal, a temperatura e a mobilidade ou se houve alguma situação de stress. Conseguiu-se também verificar o mapeamento, onde estiveram nos últimos dias e por isso perceber se o animal pastoreia, se desenvolve a sua atividade por todo o território.

O projeto funciona não só para avaliar o impacto do animal do território, se de facto está a ter e a consumir vegetação em toda a sua área, mas também, em caso de segurança, se fugir como já aconteceu, por exemplo, e devem recorrer ao apoio da GNR e da Polícia Municipal. Por vezes os burros (que não são tão burros quanto isso), conseguem abrir os portões e sair.





CÂMARA MUNICIPAL

Automaticamente conseguem ativar a equipa de Rangers Serviço e as demais equipas de apoio. No caso do Pisão, este é o cercado que têm e por isso, um exemplo da segurança e do bem-estar animal que não deixa de ser importante.

Há quem os questione como fazem em caso de incêndio. Há de facto, um protocolo de segurança também associado em como reagem a esta esta questão, por isso, esta questão dos animais é importante.

Estão também a trazer um fator muito importante, que é o turismo, natureza e atratividade com o Parque Natural.

Passaram de um cenário que era utilizado para agricultura e entraram num cenário que foi abandonado e agora estão a entrar num patamar onde há muito mais gente a visitar o Parque Natural e traz-lhes este paradigma: há cerca de três anos, começaram por monitorizar o número de visitantes que usa o Parque Natural, perceber quem são, o que é que fazem, quanto tempo permanecem no Parque Natural. Introduziram estes números nas comissões municipais na defesa da floresta contra incêndios, porque evacuar o Parque Natural num domingo de manhã, ou num dia como o de hoje ou num dia de semana chuvoso, é completamente diferente. Outro exemplo, é evacuar o CascaiShopping num dia de férias de Natal ou num dia normal de Inverno.

Refere por isso, a importância de terem começado a introduzir estes números na equação daquilo que é a segurança no Parque Natural. Não é necessariamente da delinquência que possa haver, que também existe infelizmente, mas no número de pessoas que estão ativamente a desenvolver sua atividade e naquilo que será a implementação de uma evacuação em caso de incêndio, perceberem de quantas pessoas estão a falar e onde estão. No fundo, desenvolveram um conjunto de medidas em colaboração com várias entidades, com a Câmara de Sintra e a Polícia Municipal, o SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente) também. Fazem contagens para tentar perceber por onde andam as pessoas, onde estacionam os seus carros, perceber, traduzir e trazer estes números para cima da mesa onde todos têm de refletir um pouco sobre a necessidade de evacuar uma Serra com o número de pessoas espalhadas por todo lado. Como é que os meios de socorro são capazes de subir? Como é que têm a capacidade de evacuar?

Mas mais importante também é chamar a atenção para a necessidade que é explicar e ensinar às pessoas que quando vão para o Parque Natural e estando num ambiente florestal é completamente diferente de andar no paredão.

Esta necessidade de comunicar e sensibilizar as pessoas é determinante para que se tenha, de facto, uma Serra segura onde todos possam usufruir da mesma em segurança, com qualidade e para que de futuro não haja questões graves, nomeadamente pessoas que possam estar presas na Serra, mas que estes incidentes sejam menores e não derivados do fogo.

Uma reflexão dos pontos críticos é onde estão mais carros estacionados, onde há mais presença de pessoas. Futuramente estes dados serão naturalmente importantes para o que será um patrulhamento mais ativo na Serra, como a Polícia Municipal de Cascais já o está a fazer e muito bem e como o faz também a GNR e o SEPNA, na importância de estreitar relações e não haver redundâncias, mas sim um complemento naquilo que será um Parque Natural mais fluido, mais seguro e um espaço de recreio e lazer muito importante para o Concelho de Cascais.

O Sr. Eng<sup>o</sup> João Cardoso de Melo agradeceu ao Senhor Presidente e deu por terminada a sua prestação.

O Senhor Presidente agradeceu e convidou de seguida o Secretariado dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Cascais, que incorpora as cinco Corporações de Bombeiros e que



é liderado rotativamente pelas cinco corporações. Neste momento, é a Corporação de Alcabideche que está a liderar.

\*\*\*

**Secretariado dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Cascais, 2º Comandante José Costa, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntário de Alcabideche** cumprimentou o Senhor Presidente e os restantes presentes e referiu que em nome do Secretariado das Associações dos Bombeiros iria fazer um breve resumo das intervenções que as cinco corporações realizaram durante os primeiros 5 meses do ano.

Apresentou um *slide* com os dispositivos dos Bombeiros com aquilo que são os dispositivos para os incêndios rurais.

Em termos de riscos tecnológicos, entre o dia 1 de janeiro e 31 de maio, registaram nos cinco Corpos de Bombeiros, 507 (quinhentas e sete intervenções) maioritariamente relacionadas com acidentes rodoviários, incêndios estruturais, incêndios em meios de transporte, fugas de gás e acidentes ferroviários.

Em termos de riscos mistos existe um acumulado de registos de 322 (trezentas e vinte e duas) intervenções, neste caso 144 (cento e quarenta e quatro) são inundações, 73 (setenta e três) incêndios em detritos ou queimas, 60 (sessenta) em redes de danos de fornecimento, eletricidade, comunicações ou gás, 54 (cinquenta e quatro) quedas de árvores 27 (vinte e sete) quedas de estruturas e sendo ainda o início do ano, ainda não estão na fase mais crítica, apenas o registo de 18 (dezoito) intervenções a incêndio rural.

O grosso da intervenção que está relacionada com a proteção e assistência a pessoas e bens, onde registaram 10659 (dez mil seiscentas e cinquenta e nove) intervenções, maioritariamente são emergências médicas, sobretudo doenças súbitas, situações de trauma, trabalhos de parto, etc. Menciona aqui uma fatia importante de prevenções, atividades de lazer, referiu serem cada vez mais solicitados, e também na questão das aberturas de porta com socorro, onde também têm vindo a registar ao longo destes últimos anos, um aumento deste tipo de ocorrências, devido ao envelhecimento da população.

Por fim, em termos intervenção nas operações em estados de alerta, 432 (quatrocentas e trinta e duas) intervenções, maioritariamente relacionadas com deslocações em ações de formação, deslocações oficiais e também a participação em exercícios ou simulacros e três pré-posicionamentos de meios que foram registados no mês de maio, naquele fim de semana mais quente.

Em termos de intervenção no Concelho, as 5 associações de corpos de bombeiros registaram um total de 11920 (onze mil novecentos e vinte) intervenções, divididas pelas 5 associações de bombeiros e relativamente ao dispositivo especial de combate a incêndios rurais, que está acertado com a autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil para o período entre o dia 15 de maio e o dia 15 de outubro, ou seja, o período mais severo, Alcabideche começou com um ECIN a 15 de maio mantendo sempre o ECIN até 15 de outubro.

À medida que vai passando entre 1 e 30 de junho, neste momento está em vigor um ECIN, que é uma Equipa de Combate a Incêndios nascentes, formada por 5 elementos.

Cascais e Parede têm ELAC que são Equipas Logísticas de Apoio ao Combate, que normalmente são veículos tanque com 2 elementos.

No dia 1 de julho, na fase mais severa, Alcabideche passa a contar com duas equipas de combate a incêndios, Cascais com uma equipa de apoio, Carcavelos e São Domingos de Rana





CÂMARA MUNICIPAL

com uma equipa de combate a incêndios e uma equipa de apoio, Estoril com uma equipa de apoio e Parede com uma equipa de combate.

Nesta fase mais severa, contam com quatro equipas de combate, três equipas de logísticas de apoio num total de 26 (vinte e seis) bombeiros. No período de 1 a 15 de outubro, mantém Alcabideche com uma equipa de combate a incêndios e Cascais com uma equipa logística de apoio, totalizando 7 (sete) bombeiros.

O 2º Comandante José Costa deu por terminada a sua intervenção, despedindo-se e agradecendo a oportunidade em nome do Secretariado.

De seguida o Senhor Presidente convidou a Divisão da Polícia Municipal de Cascais.

\*\*\*

**DPF – Divisão de Polícia Municipal de Cascais, o Sr. Diretor Dr. Jerónimo Torrado,** cumprimentou o Senhor Presidente, os conselheiros presentes e os convidados.

Começou por informar que não iria fazer uma apresentação, mas sim falar um pouco genericamente relativamente aos temas deste Conselho. Começou por referir que os temas escolhidos não são competência direta das polícias municipais, são, sim, uma competência acessória decorrente do regime geral das polícias municipais decorrente do regime dos conselhos municipais de segurança e também, decorrente do novo regime da estratégia integrada de Segurança Urbana.

Foi, portanto, uma razão do Conselho de Ministros de 2023 e é neste âmbito que esta informação sobre a situação do consumo e tráfico de estupefacientes no município é importante. Importante porquê? Para já, para a definição do Contrato Local de Segurança, o futuro local que a Câmara irá levar a cabo, nomeadamente na elaboração do diagnóstico local de segurança e, conseqüentemente, na implementação do plano de intervenção local. Assim, é neste âmbito que interessa ter esta informação.

No âmbito do policiamento de proximidade estratégica, acontecem também deste Conselho a Polícia Municipal através da sua secção de policiamento de proximidade, que é uma secção recente, tem a seu cargo o patrulhamento das escolas do primeiro ciclo e porquê? Porque as escolas do primeiro ciclo são as menos problemáticas e acham que esta assunção vai libertar as forças de segurança para intervenção nas escolas do segundo e terceiro ciclo, essas sim, muito mais complexas e terreno, diga-se que fértil, quer para o tráfico, quer para o consumo de estupefacientes. Ora esta intervenção e assunção desta competência permite que as forças de segurança estejam mais disponíveis para estas zonas mais complicadas.

Levam também a cabo um outro fator dissuasor em termos de ilícitos que é a fiscalização dos transportes públicos municipais, há também um protocolo iniciado este ano letivo em setembro, e que até ao momento tem tido êxito até porque as queixas em termos de ilícitos criminais nos transportes públicos municipais, diminuíram bastante.

Quanto à questão dos sem-abrigo, estando esta divisão ligada à rede NPISA têm uma intervenção muito grande nessa área o que significa que em 2023 sinalizaram 26 (vinte e seis) pessoas em situação de sem-abrigo e este ano já sinalizaram 14 (catorze). Esta é uma componente importante na definição e encaminhamento das pessoas sem-abrigo.

Relativamente aos incêndios também não é competência da Polícia Municipal, para isso estão os corpos de bombeiros, mas sendo a PM um agente de proteção civil e tendo na sua área de





CÂMARA MUNICIPAL

intervenção o Parque Natural Sintra-Cascais, é importante terem uma atenção especial sobre cerca de um terço do território deste município.

Assim sendo, através da unidade de Polícia Ambiental, foi acordado colocar diariamente patrulhas no Parque Natural, cuja missão tem a ver sobretudo, com a deteção de incêndios, deteção de comportamentos de risco e o aumento brutal dos utilizadores do Parque Natural. Também têm como função controlar os comportamentos, definir e enquadrar a circulação, sobretudo tentando acabar com a utilização do parque em trilhos ilegais, quer de motociclos, quer de BTT.

Até ao momento têm seguido esta missão. São mais um elemento a juntar a tantos outros na prevenção, sobretudo dos incêndios da Serra.

O Sr. Diretor da DPF mostrou-se disponível para quaisquer questões que quisessem colocar e agradeceu a atenção de todos.

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e convidou de seguida a Divisão de Intervenção Comunitária da Câmara Municipal de Cascais.

\*\*\*

**DINC – Divisão de Intervenção Comunitária da CMC, Dr<sup>a</sup> Sara Chapelas** iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente e os demais presentes. Apresentou-se informando que atualmente é responsável pela coordenação do núcleo de planeamento e intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo de Cascais e que iria tentar ser breve, começando pelo conceito de pessoa em situação de sem-abrigo.

Referiu que o conceito é uniformizado a nível nacional, existe uma estratégia que definiu que a pessoa em situação de sem-abrigo é aquela que, independentemente da idade, do sexo, da religião, da orientação sexual, entre outras, se encontre ou em situação de sem teto ou em situação de sem casa, sendo que efetivamente, no que se refere à situação de sem teto, destaca que se poderão encontrar em espaço público, seja mediante viadutos, paragens de autocarros, estações de comboio, na própria via pública, seja em situação como, por exemplo, num local precário, fábricas, casas devolutas ou em abrigos de emergência, que são locais de alojamento em função de questões de emergência que se preveem de curta duração.

Poderão ainda encontrar-se em situação de sem casa, ou seja, são todas as pessoas que efetivamente se encontram acolhidas em alojamentos temporários, que têm também uma duração que se prevê que seja limitada no espaço e no tempo.

Relativamente à intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo a nível nacional, conforme referido, há uma estratégia nacional que efetivamente vigorou entre 2017 e 2023, encontrando-se atualmente ainda em vigor. A nova estratégia já foi aprovada pela resolução do Conselho de Ministros e iniciará em 2025 até 2030.

Os grandes eixos de intervenção da estratégia, nesse caso a promoção do conhecimento do fenómeno no que se refere, seja mediante indicadores consensualizados, instrumentos também consensualizados, como a própria ficha de sinalização, planos de intervenção individual, entre outros, a promoção da qualificação da intervenção assente na relação interinstitucional.

No que se refere à diversidade de respostas que se prevê que seja uma intervenção integrada e diversificada, a nível da promoção de medidas de prevenção para as pessoas em situação de



sem-abrigo, no que se refere a matérias a nível de políticas sociais, a nível de emprego, de saúde, de educação e da própria justiça, efetivamente existem estes três eixos, sendo que, em Cascais definiram um plano concelhio para a intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo, que também vigorou de 2019 a 2023, encontrando-se atualmente num momento de reflexão, de avaliação e de construção do novo plano.

No que se refere a objetivos mais específicos e de uma forma geral, têm vários objetivos, nomeadamente garantir a monitorização do fenómeno, seja através destes instrumentos específicos, seja através da gestão de uma base de dados concelhia com todas as situações que são sinalizadas, a promoção de ações de sensibilização com vista ao combate da discriminação, seja por meio das forças de autoridade, das escolas, das estruturas residenciais para idosos. Têm também a responsabilidade de assegurar uma comunicação eficiente entre o NPISA de Cascais e o GIMAE, que é o Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional, bem como, realizar uma intervenção integrada naquelas situações que efetivamente se encontram em contexto de rua e o acompanhamento devido das pessoas que se encontram nesta situação.

Ainda a promoção do acesso a respostas de alojamento, que são adequadas à especificidade de cada situação, sabem que a intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo é uma intervenção que se prevê que seja desafiante devido à diversidade das problemáticas existentes é por isso bastante importante também a promoção da qualidade dos serviços e respostas para a pessoa em situação de sem-abrigo e promover, propor e acompanhar medidas nos vários programas e nas várias problemáticas que efetivamente têm um impacto tanto a nível da intervenção junto desta problemática, como a nível das questões da própria prevenção.

No fundo, a missão desta Divisão é assegurar que ninguém seja desinstitucionalizado sem que tenham sido ativadas todas as medidas de alojamento adequadas a cada situação.

A nível de dados mais estatísticos e quantitativos, remetendo a 31 de dezembro de 2023 ao relatório de execução, tinham 273 (duzentas e setenta e três) pessoas sinalizadas como estando em situação de sem-abrigo, sendo 225 (duzentos e vinte cinco) homens e 48 (quarenta e oito) mulheres, o que é um indicador muito significativo e que efetivamente tem vindo a ser a tendência ao longo dos últimos anos a nível nacional, ou seja, o perfil são maioritariamente homens, sendo que importa também enaltecer que destas pessoas, 187 (cento e oitenta e sete) encontravam-se em situação de sem teto, em abrigos de emergência, em locais precários ou na própria via pública e, apenas 86 (oitenta e seis) pessoas se encontravam em situação de sem casa, portanto, em abrigos de alojamento temporário.

Registaram-se ao longo do ano de 2023, 163 (cento e sessenta e três) novas sinalizações e 87 (oitenta e sete) pessoas deixaram de estar efetivamente nesta situação. Remetendo ainda a dezembro de 2023, a nível de pessoas em situação de sem-abrigo por freguesia, importa destacar que a freguesia de Cascais-Estoril, foi a que verificou mais incidência a nível de pessoas em situação de sem-abrigo, seguindo-se da freguesia de Carcavelos e Parede, Alcabideche e São Domingos de Rana. É importante destacar que atualmente, em 2024, esta tendência se mantém, ou seja, Cascais mantém-se como a freguesia com maior incidência a nível das pessoas em situação de sem-abrigo.

No que se refere ao perfil da pessoa em situação de sem-abrigo no concelho de Cascais, verifica-se que são maioritariamente homens, com uma idade média de sensivelmente quarenta e oito anos, com estado civil de solteiro e uma escolaridade de segundo e terceiro ciclos, a naturalidade mais comum é fora do Concelho, sendo que efetivamente a média são pessoas de nacionalidade portuguesa, ainda que fora do concelho.



CÂMARA MUNICIPAL

No que se refere ao indicador do tempo de permanência da pessoa em situação de sem-abrigo, verificaram que a maioria das pessoas se encontravam nesta situação há menos de seis meses, o que é também um indicador muito importante, pois sabem que quanto mais tempo levam a intervir e a acompanhar estas situações, mais difícil poderá vir a ser conseguir superar esta situação.

A nível das principais causas que são identificadas pelas próprias pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo para se encontrarem nesta situação, tiveram uma inversão de uma tendência que se tem vindo a estabelecer ao longo dos últimos anos, onde a principal causa indicada eram as dependências, neste momento é o desemprego, seguindo-se das próprias dependências, da ausência de suporte, sendo familiar ou institucional, os despejos e as questões de saúde física e psicológica.

Ainda relativamente a alguns dados quantitativos, a nível de uma análise mais ao longo do tempo, verificam que houve sempre um aumento do número de pessoas nesta situação, excetuando no ano 2020 para 2021, onde houve um decréscimo. Atualmente, e que no que se referem a dados mais atuais, em maio de 2024, contavam já com 290 (duzentas e noventa) pessoas sinalizadas como estando nesta situação no Concelho de Cascais.

De forma mais abrangente, a intervenção com as pessoas em situação de sem-abrigo é regida por uma estratégia nacional, existe um grupo que é o GIMAE, que avalia, implementa e executa esta estratégia. Existem vários NPISAS a nível nacional, em Cascais existe também um grupo de gestão estratégica e um grupo de coordenação, de onde fazem parte diversas forças policiais e de segurança. A autarquia, enquanto entidade coordenadora havendo também reuniões mais periódicas, designadamente de dois em dois meses, por freguesia, onde contam com a presença, não só dos técnicos que acompanham estas situações, como das próprias forças de segurança e da autoridade, de forma a discutirem situações mais práticas e operacionais.

Relativamente ao fluxograma apresentado e tendo em conta que é uma problemática desafiante e multifacetada, existindo vários desafios a nível da intervenção, sejam eles a nível de questões estruturais, como por exemplo, o que vivenciamos atualmente, a inflação a nível do mercado da habitação, seja a nível de questões do arrendamento, seja a nível da existência de situações sensíveis e graves, muitas vezes de saúde mental, seja a nível de situações de consumo de substâncias psicoativas, seja até a nível do próprio acompanhamento em que muitas das vezes a equipa técnica tem alguns desafios no que se refere ao acompanhamento à distância, ou seja, estas pessoas poderão ir para um alojamento em qualquer sítio a nível nacional e muitas das vezes a situação acata também alguns desafios relativamente ao acompanhamento por parte da equipa técnica. Importa que exista um modelo de intervenção que seja integrado e diversificado no que se refere a respostas e no próprio acompanhamento, sendo que o município de Cascais tem vindo a fazer um grande investimento em relação a esta área de intervenção.

Atualmente na Autarquia, entidade coordenadora, qualquer pessoa, particular ou pública poderá sinalizar um cidadão estando nesta situação. Esta sinalização poderá ser remetida via e-mail para o NPISA ou via linha Cascais, na opção de saúde e na parte social que será devidamente encaminhada para o NPISA.

A coordenação do NPISA assegura toda a gestão das sinalizações. Numa primeira instância, tenta compreender se é uma pessoa que já está sinalizada e em acompanhamento, se for o caso, remeterá a informação para a equipa competente para o efeito. Se não for, carece de uma avaliação e de um diagnóstico mais profundo e serão acionadas as equipas de intervenção direta.



A Dr<sup>a</sup> Sara fez nesta altura um agradecimento e enalteceu a Polícia Municipal de Cascais porque tem sido uma das entidades mais sinalizadoras no âmbito das pessoas em situação de sem-abrigo e que tem apoiado muito o NPISA, inclusivamente em muitas intervenções.

No caso de não estar sinalizado, estas entidades fazem uma avaliação numa primeira instância, devolvem a informação ao NPISA e posteriormente e idealmente, será sempre atribuído um técnico que será responsável por assegurar o modelo de gestor de caso, acompanhar, ser como uma ponte entre a pessoa e todos os restantes serviços e mobilizar um plano de intervenção individual adequado às especificidades da pessoa, seja a nível de acesso a documentação, prestações sociais, medidas de emprego, saúde, abordando todas estas vertentes.

No concelho contam com respostas bastante diversificadas. Em relação ao acolhimento diurno, existem vários serviços, tais como o "Esperança de Recomeçar" gerido pelo Centro Comunitário de Carcavelos, o "Ser Mais" ao Serviço da Comunidade, a própria AMI ou o Centro de Recursos da Adroana, que é um centro de acolhimento temporário que oferece respostas de acolhimento diurno. Pessoas em situação de sem-abrigo terão acesso a serviços de lavandaria, higiene pessoal e apoio a nível da alimentação. Este Centro tem também um leque de respostas diversificadas a nível do acolhimento. A nível do acolhimento temporário é onde efetivamente, se verifica o maior destaque da equipa do Centro de Recursos da Adroana, que tem capacidade para acolher até 30 (trinta) pessoas em situação de sem-abrigo, 26 (vinte e seis) homens e 4 (quatro) mulheres.

Este Centro acolhe também animais de companhia, que foi uma necessidade que tem vindo a ser constatada no Concelho. Existe também o "Casa Esperança", que é um projeto gerido pelo Centro Comunitário de Carcavelos e que acolhe 4 (quatro) homens em situação de sem-abrigo. Existe ainda o apartamento partilhado da "Casa Farol da ABLA", que acolhe mulheres e crianças, pelo que, neste momento já têm menores acolhidos, logo, é algo que também tem vindo a mudar ao longo do tempo. Neste momento, na base de dados concelhia têm registo de menores sinalizados para o efeito, mas claramente devidamente acompanhados e acauteladas todas as medidas de segura.

Existe ainda uma casa de transição da "Confiar" que se destina a pessoas com trajetórias de privação de liberdade, ou seja, trata-se de uma casa que acolhe homens com medidas a nível de privação de liberdade e, por fim, têm também respostas a nível de "CAEST", centros de acolhimento fora do concelho de cascais.

Destacou ainda, uma vez que é relevante terem respostas diversificadas, que contam também no concelho, com um programa de alojamento à medida, que é o "PAM", que se rege pela metodologia do *housing first*, que é uma metodologia que inverte um pouco a base da pirâmide e que diz que para começarem a trabalhar com a pessoa em situação de sem-abrigo, é necessário primeiramente assegurar as questões da habitação e só posteriormente começar a trabalhar as outras vertentes. Trata-se de uma habitação individual, permanente, adaptada a cada pessoa e que acolhe pessoas em situação de sem-abrigo de longa duração. Estão neste momento, 26 (vinte e seis) pessoas acompanhadas no âmbito deste projeto.

Têm o Regulamento Municipal de Acesso à Habitação, seja mediante o regime de arrendamento apoiado aos subsídios que a autarquia também tem vindo a trabalhar. Por fim, é relevante dizer que em Cascais não dispõem de respostas de acolhimento de emergência, ou seja, todas as situações de emergências que surjam em horário de expediente, das 9h00 às 17h00 e mediante a descentralização de competências da segurança social para as próprias autarquias, é o NPISA a entidade competente para fazer a avaliação e o devido encaminhamento para a linha social, que por sua vez, deverá assinar o acolhimento de emergência. Todas as situações fora do horário de expediente, deverá sempre ser acionada a





CÂMARA MUNICIPAL

Linha 144, que é a linha nacional de emergência social, onde será realizada uma avaliação das situações.

Em Cascais, a única resposta de emergência que o NPISA aciona, é quando é decretado um plano de contingência, nomeadamente, vagas de frio que contam com o apoio da Proteção Civil, e têm também algumas instituições que acolhem pessoas em situações a nível temporal mais desafiantes.

Relativamente aos contatos de referência que poderão ser relevantes no âmbito das pessoas em situação de sem-abrigo, poderão enviar e-mail com as sinalizações para o e-mail do NPISA de Cascais. A nível da emergência social, neste momento é coordenada pela Dr<sup>a</sup> Isabel Ranito, chefe da Divisão de Intervenção Comunitária e pela Dr<sup>a</sup> Sofia Graça, que é quem faz uma gestão mais operacional a nível da emergência.

Quanto a questões de acompanhamento e atendimento social, há duas coordenadoras, a Dr<sup>a</sup> Célia Rebelo, coordenadora da ação social e a Dr<sup>a</sup> Odete Lopes, coordenadora no âmbito do rendimento social de inserção.

A Dr<sup>a</sup> Sara deu por finalizada a sua prestação, mostrando-se disponível para quaisquer dúvidas e agradeceu a oportunidade.

\*\*\*

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e aproveitou a ocasião para colmatar uma falha sua, uma vez que deveria ter sido feita logo no início do Concelho, que era cumprimentar os Senhores Comandantes dos Bombeiros dos concelhos vizinhos, neste caso de Sintra, de Almoçageme, de Colares e de São Pedro de Sintra, bem como, o Sr. Diretor da Polícia Municipal de Sintra, que também honrou com a sua presença.

O Senhor Presidente quis ainda antes de fazer algumas considerações, perguntar se algumas outras instituições ou serviços do Estado, nomeadamente, do Sistema Judicial, do Sistema Prisional ou das Juntas de Freguesia, pretendiam também fazer uma intervenção.

**O Senhor Presidente da União de Freguesias de Cascais e Estoril, Dr. Pedro Morais Soares** quis intervir, agradecendo ao Senhor Presidente e pedindo desculpa por não ter estado presente desde o início da reunião. Questionou se teriam falado de números ou não e mencionou que enquanto Presidente da União de Freguesias de Cascais e Estoril, tem dois ou três temas, que gostaria de abordar e de perceber de que forma é que em conjunto podem, e um dos temas, tem a ver com a violência juvenil e estando praticamente no final do ano letivo é da opinião de ser feita uma campanha como o município de Cascais fez, de prevenção contra o *bullying*. Mas também carece, a seu ver, de uma campanha de maior proximidade por parte das forças de segurança junto dos estabelecimentos de ensino, referindo-se às escolas secundárias públicas e privadas porque se verificou neste último ano letivo, na sua opinião, que na área geográfica de Cascais-Estoril, houve um aumento de situações de violência entre jovens até aos 18 anos, nestes estabelecimentos de ensino, sejam eles públicos ou privados. Não só nos edifícios escolares, mas também nas zonas envolventes e tendo em conta que o ano letivo está praticamente no final, reforça que faria sentido fazer uma campanha de maior envolvimento de forma a conseguirem, de certa forma, diminuir ou sensibilizar os mais novos para esta questão.



Outro tema tem a ver com o programa e "Idoso em Segurança". Referiu que tem notado que tem havido ao longo dos últimos tempos e mais concretamente para a Polícia de Segurança Pública, um desinvestimento no acompanhamento na afetação de agentes da PSP ao referido programa. Referiu que os idosos, e bem, vivem cada vez mais tempo, a esperança média de vida aumentou, mas tem-se vindo a assistir a uma falta de acompanhamento do patrulhamento de proximidade junto dos idosos.

Outro tema ainda, e uma vez que foi abordada nesta reunião a questão das pessoas em situação de sem-abrigo, diz respeito a uma zona que também é preocupante, nomeadamente, a zona junto ao mercado de Cascais e junto ao Minipreço, e como se sabe, em relação ao enquadramento legal, por vezes é muito difícil trabalhar com estas questões. Relativamente à zona do túnel, onde se continua a verificar a presença de algumas pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo, trata-se de uma questão não só de segurança, mas também de saúde pública. Têm sido sistematicamente os empresários que têm os seus negócios naquela zona, a alertar quase todas as semanas, para situações pouco agradáveis, de pessoas que estão em situação de sem-abrigo. Muitas das pessoas sinalizadas são recorrentes e são praticamente sempre as mesmas. Reconhece que é difícil lidar com esta situação.

Referiu também o tema sobre o aumento do consumo de drogas injetáveis que é visível na via pública, em especial na zona do Bairro Novo do Pinhal, ou seja, o antigo Bairro do Fim do Mundo, até à zona de São João do Estoril. É necessário verificar junto da Polícia de Segurança Pública, se confirma ou não, o aumento do consumo das drogas injetáveis. Este tema, associado à questão da saúde pública, à dos idosos, à dos sem-abrigo e à da violência entre jovens e visto que em setembro inicia mais um ano letivo, são temas que muito preocupam o Presidente da Junta e deixou os temas à consideração.

O Dr. Pedro Morais Soares terminou a sua intervenção agradecendo.

\*\*\*

O Senhor Presidente agradeceu e questionou novamente se a Senhora Dr<sup>a</sup> Juiz Presidente da Comarca gostaria de fazer alguma intervenção. Fez também o convite ao Senhor Procurador do Ministério Público.

**Juiz Presidente da Comarca de Lisboa Oeste, Dr<sup>a</sup> Gabriela Lopes Feiteira**, iniciou a sua intervenção agradecendo o convite ao Senhor Presidente, informando que embora estando presente na reunião do Conselho Municipal, não tinha preparado nenhuma intervenção, mas que de qualquer maneira, tendo em conta os temas que estão previstos o Tribunal está disponível para qualquer ação que possa ser levada a cabo pelo município ou outra entidade no sentido de promover visitas ao Tribunal por parte das escolas, assistir a julgamentos, fazer simulações. São magistradas no Tribunal de Cascais, quer do Ministério Público, quer da Judicial, com muita experiência e que certamente irão aderir a qualquer iniciativa que seja tomada por parte de alguma entidade.

A Dr<sup>a</sup> Juíza Gabriela Lopes Feiteira terminou a sua intervenção, cumprimentando e agradecendo aos presentes.

O Senhor Presidente agradeceu e deu a palavra ao Representante dos Agrupamentos de Escolas do Ensino Público.

\*\*\*

**Representante dos Agrupamentos de Escolas do Ensino Público, Professor Carlos José Mendonça Pires** iniciou informando que a Rede Pública das Escolas de Concelhos de

# CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL

Cascais é constituída por 11 (onze) agrupamentos. Desses agrupamentos, existem 52 (cinquenta e duas) escolas que albergam 856 (oitocentas e cinquenta seis) turmas e que engloba uma população de quase 18700 (dezoito mil e setecentos) alunos. É uma população muito vasta e o tema da ordem do dia é muito pertinente, porque a delinquência, o consumo e o tráfico de estupefacientes é cada vez mais preocupante na sociedade em que vivemos.

O grosso da população alvo, em termos de delinquência, excluindo o pré-escolar e o primeiro ciclo como é óbvio, porque os conflitos que aí existem são mais a nível dos encarregados de educação adultos em conflito com a escola, do que propriamente as crianças dentro do recinto escolar.

A nível do segundo ciclo, já se começa a verificar casos muito pontuais de alunos que apresentam indícios de consumo não muito grave, mas apresenta alguma dependência e esta dependência verifica-se cada vez mais ao longo da escolaridade, até ao nível secundário.

Referiu que dois dos agrupamentos, Alcabideche e Alapraia não têm ensino secundário.

Relativamente às drogas, tal como as forças de segurança também já referiram, qualquer substância que seja natural ou sintética, que possa provocar alteração ao sistema nervoso central, é considerado uma droga. Existem também as drogas lícitas e as ilícitas e dentro destas, as sedativas, estimulantes e as perturbadoras.

As Forças de Segurança certamente falaram da Lei que a partir de novembro de 2001, fazia a descriminalização, mas não a despenalização. Verifica-se, e talvez as Forças de Segurança sintam cada vez mais e de forma mais acentuada, que as pessoas, neste caso os jovens, na posse de algum estupefaciente, mesmo quando abordados, podem alegar que é para consumo próprio e a situação, por assim dizer, fica por aí.

Em relação às drogas lícitas, nomeadamente, o tabaco o álcool, os chás ou café e o cacau que é de consumo normal na população, portanto, não são consideradas drogas.

Dentro das drogas que se possa conhecer a nível da faixa etária estudantil, o álcool, a canábis, o ecstasy e o tabaco, poderão ser as drogas com mais visibilidade. O álcool verifica-se muito nas saídas à noite, às sextas-feiras e sábados, os jovens atualmente para se conseguirem divertir, têm de estar minimamente alegres e bem-dispostos. Para tal, alguns ainda recorrem ao álcool para poderem entrar nesse estado de espírito.

Falando em estado de espírito, é uma ação que tem vindo a ser feita por todos em comunidade envolvente com os jovens. Reforçou o papel dos Pais e Encarregados de Educação, que por serem a linha de combate à marginalidade, por assim dizer, têm de começar a fazer referência ao controlo do grupo de amigos, às más companhias ou aqueles companheiros de armas, que por vezes, desencaminham alguns jovens que depois têm a sensação de também serem fortes, de também saberem viver e quererem viver e muitas das vezes, ao experimentar, perdem-se.

Fazendo uma análise final, relativamente à delinquência, toxicodependência e tráfico, a nível de escolas, referiu que em termos de pontos fortes, existe um ambiente escolar controlado, ou seja, *dentro do portão*, dentro do espaço físico que diz respeito à escola. No entanto é controlado, mas não a cem por cento, que ninguém tenha dúvidas sobre isso. Conseguem também fazer uma fácil identificação dos alunos porque o Diretor de turma ou o professor/a titular conhece os alunos, existe uma relação muito próxima com alguns professores e conseguem detetar se algum aluno que seja do Agrupamento, apresenta algum comportamento que evidencie, tanto a delinquência como a toxicodependência.

Depois de identificados, existe como ponto forte, fazer o encaminhamento dessas situações, seja a nível psicológico, seja a nível da primeira linha, com a colaboração da Escola Segura,



CÂMARA MUNICIPAL

da CPCJ, da Saúde Escolar, dos tribunais e até dos serviços de psicologia dinamizados pelas Juntas de Freguesia e pela Câmara Municipal.

Fez referência ao que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cascais e Estoril, Dr. Pedro Morais, sobre as ações de sensibilização que são feitas com a colaboração dos elementos da Escola Segura e da Saúde Escolar. Durante o ano letivo há sempre sessões de esclarecimento sobre diversas temáticas, incluindo a violência, a delinquência, o consumo de estupefacientes e atualmente a saúde mental.

Podem realizar um trabalho de proximidade, pois têm uma população vulnerável mais reduzida, pelo que não são os 18700 (dezoito mil e setecentos) alunos do Concelho, que estão sujeitos a estas situações. Há focos muito próprios e conseguem identificar os alunos. Dos 18700, se tiverem 0,2%, será mesmo muito.

Relativamente aos pontos fracos, não é possível monitorizar o ambiente ou as vivências dos alunos fora do espaço escolar; a existência de vários tipos de drogas, atualmente com o aparecimento dos *vapers* e a nicotina líquida. Já se veem alunos mais novos, do terceiro ciclo, que poderão não ter acesso a fumar, tentam então experimentar a nicotina líquida ou os *vapers*, porque têm uma percentagem de nicotina e têm diversos sabores, acabando até por acharem graça. Mas é o princípio para ficarem com alguma dependência dessas substâncias e depois poderá ser o caminho para outro tipo de drogas.

Refere um problema que é o horário de funcionamento das equipas da Escola Segura, completamente justificado porque as equipas têm o seu horário, não podem fazer logo a cobertura do horário escolar das 08h00 às 18h00 durante os 5 dias da semana. A equipas estão lá, quando solicitadas vêm prestar a ajuda necessária, mesmo que as equipas possam estar noutro tipo de serviço ou de folga, vem sempre algum elemento ou elementos da esquadra mais próxima.

Ainda sobre os alunos, referiu a importância de se ter em consideração os antecedentes familiares de consumo. Há alunos cujos pais foram consumidores, a gestação do feto quando feita com a mãe consumidora pode verificar-se na criança à medida que vai crescendo, aquela dependência e por vivenciar esse tipo de consumo na própria casa também facilmente caem no consumo.

Em termos de oportunidades, tentam maximizar as valências dos mediadores escolares através do "Projeto Entre Nós-CMC" são os jovens de comunidades que vêm às escolas e estão presentes nas escolas, não são funcionários da escola, fazem parte deste projeto da Câmara Municipal, mas que têm uma proximidade muito grande com parte dos alunos que poderão ser ou não problemáticos. Daí terem esta grande valência, tentar maximizar estes mediadores e ainda potenciarem a troca de informação entre todos os organismos, conforme já referido, de forma que quanto mais célere for a transmissão de informação relativamente a um determinado caso, mais rápido poderá ser a ajuda ou intervenção junto desse aluno.

Em termos de ameaças, existe a falta de substituição dos vigilantes da DGEST que se vão reformando gradualmente e não há substituição desses elementos. Este é um problema da DGEST. Há escolas que ainda têm esses elementos cuja função é a vigilância do espaço escolar, mas à medida que se vão reformando, não há substituição. Trata-se, portanto, de uma grande ameaça para os agrupamentos e como já referido, têm o ambiente controlado, mas é impossível verificar todos os passos em constante monitorização, por não haver auxiliares suficientes para tal, nem é a função deles. Outro facto é a facilidade de acesso às drogas, atualmente é muito simples, muito fácil de aceder a alguns estupefacientes.

E por último, refere a comunicação instantânea entre os elementos de risco. Cada vez mais o telemóvel e as redes sociais servem de incentivo para a haver o tal cyberbullying, ou os grupos



de ódio que fomentam a violência virtual, e depois há sempre o culminar da forma física. Isso é lamentável, mas é o mundo em que vivemos e temos de nos adaptar a ele.

O orador agradeceu e deu por finalizada a sua apresentação.

\*\*\*

O Senhor Presidente agradeceu e mencionou o pedido para intervenção do Dr. Artur Jorge Girão da AIMA

**Diretor (em regime de substituição) do Serviço de Gestão das Lojas da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, Lisboa, Sul e Ilhas, Dr. Artur Jorge Rodrigues de Amorim Girão** iniciou a sua intervenção pedindo a palavra apenas para agradecer ao Senhor Presidente, antes de mais, o convite para permanecer no Conselho que é de toda a importância.

Mencionou que a AIMA nasce, como todos sabem, da fusão entre dois organismos, o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e o ACM (Alto Comissariado para as Migrações) concorde-se ou não com o modelo, está instituído e, portanto, é com ele que têm de trabalhar.

É importante a AIMA estar presente porque o Conselho de Cascais, como todos sabem, foi ímpar e continua a ser ímpar na forma como trata os imigrantes, sobretudo a nível do acolhimento, e continua a ser um exemplo. Refere que é por isso que é um orgulhoso residente neste Conselho.

Pensou trazer uma apresentação para mostrar um pouco do que é a AIMA, mas considerando que o atual Governo apresentou um programa que vai renovar a estrutura, fará a apresentação na próxima reunião. Presentemente, como é sabido, a AIMA está envolvida num megaprojeto de resolver uma série de pendências que vêm de trás e por esse motivo espera levar na próxima reunião, melhores notícias de um projeto mais concreto sobre o que vai ser a AIMA.

Referiu que é necessário agradecer e dizer que obviamente, a AIMA está no Conselho para continuar a colaborar com as entidades e com as forças de segurança que também estão presentes na reunião.

Terminou agradecendo a todos os presentes e ao Senhor Presidente.

\*\*\*

O Senhor Presidente agradeceu e informou que para terminar, gostaria de mencionar dois ou três apontamentos.

Nessa altura, o Dr. Mário Silva, representante da CooperActiva – Espaço V, interveio referindo que ouviu terem sido apresentados alguns números das escolas e entidades policiais sobre os jovens, mas não foi feita qualquer referência à questão da violência doméstica.

A qual também tem sido um crime que se nota com o aumento entre jovens com a violência no namoro, bem como crianças que estão expostas a situações de violência doméstica, com consequências devastadoras para o seu desenvolvimento bem como para a perpetuação dessa mesma violência.

Partilhou com todos os presentes que o Espaço V tem desde janeiro do presente ano, um serviço exclusivamente para crianças e jovens vítimas de violência doméstica, referiu que este



CÂMARA MUNICIPAL

sentido de intervir com crianças e jovens vítimas de violência, é numa perspetiva preventiva de quebrar modelos de repetição futura de episódios de violência doméstica.

Referiu o facto ter achado muito interessante estarem no Conselho Municipal de Segurança, representantes de muitos setores da juventude para partilhar a informação relativa à existência do serviço dedicado exclusivamente a crianças e jovens, dos 5 aos 17 anos, que são acompanhadas neste crime que infelizmente continua a ter números que todos nós ainda queremos diminuir.

O Dr. Mário Silva agradeceu e terminou a sua intervenção.

O Senhor Presidente agradeceu por ter intervindo e mencionou que também iria falar sobre essa temática que também preocupa o Município.

O Senhor Presidente continuou dirigindo-se aos Senhores Conselheiros para ficarem cientes da informação que vai ser desenvolvida, começando em primeiro lugar pelo Aeródromo.

O Aeródromo está num plano de grande expansão, mas basicamente tem vindo a transformar-se numa infraestrutura relacionada com a aviação executiva, que está a sair do Aeroporto Humberto Delgado e também num esforço de apoiarem o desenvolvimento a nível do país, no sentido de criar *slots* no Aeroporto Humberto Delgado, mas cada vez mais, o Aeródromo de Tires será para aviação executiva e para formação em terra. Terá, portanto, uma expansão grande também em termos de formação.

Visto já estarem a ser realizadas as obras e como foi mencionado pela Polícia de Segurança Pública, com responsabilidade nestas infraestruturas aeroportuárias, vai permitir também melhores condições para trabalharem, porque neste momento já estão todas as forças de segurança instaladas no aeródromo. Nem todas ainda estão em condições que consideram adequadas para funcionarem, mas com estas intervenções também vai permitir dar essas mesmas condições.

Do mesmo modo, a nível da linha ferroviária continuam as intervenções na linha, está a ser toda ela renovada e vai melhorar também toda a parte do material circulante, logo, o Município acredita que finalmente a linha de Cascais ficará também com outra dignidade e com outra capacidade.

Juntando a questão da linha ferroviária à questão da própria praia e aqui aproveitou para agradecer às forças que têm intervenção nestas áreas, nomeadamente à PSP e à Polícia Marítima, de facto, tem vindo a melhorar muito o ambiente nas praias do Concelho, também pelo trabalho que é feito a nível do transporte ferroviário com a prevenção ainda antes de chegarem naturalmente aos próprios destinos das estações em Cascais.

Relativamente ao Parque Natural Sintra-Cascais, está a terminar uma intervenção que permitirá não ter zonas sombra, porque havia muitas zonas sombra, o que tem depois um efeito muito mais impactante a nível do combate aos incêndios e das Corporações de Bombeiros, mas tem vindo a ser feito esse investimento. Continua a haver disponibilidade para fazer esse investimento, nomeadamente utilizando novas tecnologias que permitem ter maior controlo e maior fiscalização.

Está também a ser concluído todo o processo de videovigilância no Concelho.

Reforçou que na passada quinta-feira, o Gabinete Nacional de Segurança reuniu e já validou o contrato que o Município irá enviar para o Tribunal de Contas, em como existe um forte investimento nesta matéria com mais de 450 (quatrocentas e cinquenta) câmaras instaladas



no território e como é obvio, as localizações foram todas estudadas com as forças de segurança e por demais, num investimento que ronda os 12,5 milhões de euros.

O Senhor Presidente referiu que há muitas queixas sobre a falta de recursos humanos, mas não é possível ter um agente de segurança a acompanhar cada cidadão do Concelho, por isso acredita que este processo da videovigilância associado a outros desenvolvimentos tecnológicos que também já existem, vai permitir terem uma maior capacidade de intervenção no concelho.

No Gabinete Nacional de Segurança este processo está classificado como confidencial. A contratação pública ficou excluída, ou seja, participam apenas e só, as empresas que estão validadas e certificadas, para além de obrigar nomeadamente, o Presidente da Câmara a inscrever-se no Gabinete Nacional de Segurança tendo o Gabinete ficado a conhecer a vida do Presidente de uma ponta à outra, porque assim é exigido e assim é feito.

Mas o Município está convencido que esse será um passo muito importante e significativo e que irá também ajudar as forças de segurança.

Neste processo está também a Senhora Vereadora Carla Semedo, incumbida de fazer, e está a terminar, o Contrato Local de Segurança que é absolutamente fundamental, e que, o Senhor Presidente gostaria de o ver concluído até final deste ano, e contam ainda com um período de participação de todos os Senhores Conselheiros da Comissão Municipal de Segurança. É um processo que demorará algum tempo até todos serem ouvidos, independentemente de ser feito um Conselho Municipal de Segurança até final do ano onde cada Conselheiro possa dar também o seu contributo, mas a Senhora Vereadora tem a incumbência de até ao final do ano, ter este projeto terminado.

Como falado anteriormente, também está incluída a questão dos sem-abrigo, que neste momento é uma matéria que voltou para cima da mesa da agenda política. Estão a atentar ser coordenados pelos Presidentes de Câmara da área Metropolitana de Lisboa, do Governo e até da Presidência da República, sendo que quem conhece este fenómeno, tem noção de que por vezes se está a abordar o assunto numa lógica que não seria, na opinião do Senhor Presidente, a primeira prioridade. Acima de tudo, são cidadãos que lhes faltam projetos de vida, pelo que, há que primeiro reconstruir esse projeto de vida para depois conseguir que descontinuem a situação de sem-abrigo, porque se está a lidar com uma diversidade de razões e de problemas, um deles é o que se assiste a nível da própria Comunidade em geral, que são os níveis de saúde mental a baixarem de uma forma muito grave. Se a este problema, se juntarem as questões de adição, questões que advêm da situação socioeconómica do próprio país, não é possível, apenas e só por uma entidade ou apenas e só com um indicador, resolver a situação a nível da saúde pública, por exemplo.

O Senhor Presidente pensa que os Senhores Conselheiros sabem que não é possível retirar nenhum cidadão da rua se este não autorizar, ou se não estiver com essa intenção, porque se está a falar de pessoas em que a própria saúde mental lhes retira capacidade de decisão, o consumo de drogas e outras substâncias também lhes retira essa capacidade de decisão e para que seja ativada uma questão desta natureza, é necessário recorrer ao Delegado de Saúde Pública do Concelho e raras são as vezes que o Delegado de Saúde faz o encaminhamento para o internamento porque, de facto, trata-se de necessidades de outro tipo de acompanhamento. Também sabem que das poucas vezes que tal situação ocorre, quando um sem-abrigo é enviado para um estabelecimento de saúde adequado, a primeira preocupação dos profissionais de saúde é medicamentá-lo e depois tirá-lo do estabelecimento.

Na opinião do Senhor Presidente, quer os cidadãos que estão nestas circunstâncias e que não deixam de ter outras patologias e outros problemas, quer todo o sistema político ficam expostos a manifestações públicas, porque para o cidadão comum, a existência de um sem-



abrigo, seja em que lugar for, a responsabilidade é do Presidente da Câmara, independentemente de todo o investimento que se faz, quer em criar instalações como referido anteriormente, quer acima de tudo, alocar instituições que os acompanhem, porque têm outra capacidade, uma outra experiência e uma outra competência.

No caso de Cascais, no Centro de Recursos por exemplo, a Cruz Vermelha Portuguesa onde já passaram por ali muitos cidadãos, visto a Cruz Vermelha conseguir dar-lhes o tal projeto de vida e conseguir induzi-los a descontinuarem essa sua situação.

No Município estão abertos a outras soluções e também estão a estudar com outros concelhos, a forma de poderem resolver esta questão. Tudo o que não se pretende é haver manifestações públicas, nomeadamente altos responsáveis políticos a mostrar uma grande compaixão e uma grande preocupação com o tema e até confirmações de que até à data "y" vão acabar com todos os sem-abrigo, quando na realidade não há capacidade para o fazer e, sozinho, referiu o Senhor Presidente, ainda menos. É de facto uma questão que preocupa o Município, não por uma questão de segurança que também existem alguns casos nesta matéria, mas por uma questão de saúde pública em que, na maior parte dos casos, tem a ver com a saúde e com a condição do cidadão que se encontra nessas condições.

Continuando, o Senhor Presidente mencionou o facto de algumas situações ainda não estarem resolvidas e uma delas tem a ver com a *cyber* segurança. Verificou que não se encontrava representada por nenhuma força ou entidade e esta é uma questão que está cada vez mais presente nas nossas vidas. Mencionou que há dias foi responder ao DIAP porque tinha sido invadido por um *hacker* conhecido na comunicação social e não fazia a mínima ideia. Há muitos tipos de crimes cibernéticos dos quais nem fazemos ideia, pelo que, há que ter acompanhamento de profissionais a nível da *cyber* segurança.

Informa que tem vindo a ser feito um conjunto de intervenções a nível da saúde mental no concelho, nomeadamente, nunca houve tantos psicólogos neste momento a trabalhar, quer nas juntas de freguesia quer em colaboração com a Câmara Municipal de Cascais nesta matéria da saúde mental, porque de facto, nota-se uma quebra significativa nos níveis de saúde mental também na própria Comunidade e essa questão leva a que tenham alguma maior incidência dentro das prioridades que o conselho definiu, que são os mais novos, os mais velhos e as pessoas portadoras de deficiência, ou seja, tem havido uma intervenção forte neste reforço.

Relativamente às questões do *bullying* e dos crimes em ambiente familiar que são naturalmente preocupantes, foi criada a "Provedora da Criança e do Idoso" à responsabilidade da Dr<sup>a</sup> Isabel Guerra, que já está a funcionar numa instalação na Parede, designada Estação Social, mesmo junto à estação de comboios, onde se reúnem um conjunto de entidades, nomeadamente, "O Espaço V", a Comissão de Proteção de Crianças e Menores, os Julgados de Paz", entre outros. Neste espaço estão concentradas um conjunto de entidades e existem condições e uma panóplia de apoios e serviços sociais que facilita a articulação entre elas.

Em frente à Estação Social, vai ser inaugurada brevemente a "Casa da Juventude", onde também comporta um "Espaço S", ou seja, um espaço de saúde, até porque foi uma das reivindicações feitas pelos alunos. O Município tem vários programas em que escutam os jovens, um destes programas chama-se mesmo "A voz dos jovens", em que os ouvem permanentemente. Existem outros programas, mas nomeadamente um que é desenvolvido com as escolas ocorrentes, que também têm estas ações junto da juventude e neste contexto, o Senhor Presidente diz ter ficado impressionado ao assistir às sessões em que os jovens colocam os seus problemas. É algo que, mesmo sendo pai de cinco filhas e tendo a casa sempre cheia de jovens, desconhecia que uma das maiores preocupações dos jovens é algo muito limite que é o suicídio e, ao ter este confronto, confessou que foi um choque e de algum modo, sentiu também alguma incapacidade e incompetência da sua parte não se ter apercebido que



esse fenómeno existe dentro da Comunidade. Só quando assistiu às sessões de "A voz dos jovens" é que se apercebeu dessa matéria.

Os jovens também colocaram questões sobre bullying e crimes em ambiente familiar, logo, é algo que está presente na Comunidade desde tenra idade, não é algo que só se tem consciência numa fase mais avançada da vida.

Existe esse problema, por isso, quer o "Espaço V", quer a APAV sabem que contam com a Câmara Municipal de Cascais, em tudo o que o Município possa fazer e que possa ter resultados efetivos, porque um crime calado, é um crime surdo-mudo, que ocorre e muitas das vezes os cidadãos são cúmplices. É, portanto, uma matéria que o Município tem todo o interesse e empenho em tentar mitigá-lo e reduzi-lo a níveis mais baixos. O Senhor Presidente é da opinião que também se gera nas várias organizações e do mesmo modo, foi criado um Departamento de Apoio, que aliás, foi uma Direção Municipal de Apoio em que aproveitaram os fundos do PRR e foram abrangidas todas as entidades que estão presentes no Concelho de Cascais, ou seja, não só faz o acompanhamento para o Município, mas faz para todas as outras organizações.

Existe também um departamento para o combate e criação de procedimentos contra a corrupção e maior transparência dos serviços. Este departamento está à disposição de todas as entidades do Concelho para dentro das suas organizações, de modo a poderem desenvolver.

Para finalizar, o Senhor Presidente reforçou que o Município continua com uma política ativa e interessada a nível dos emigrantes, ou seja, o Município quer e precisa de imigrantes e tem vindo a trabalhar neste sentido. Atualmente 80% das nacionalidades do mundo residem em Cascais. Ainda assim, o Senhor Presidente gosta de afirmar que em Cascais não há estrangeiros, estão todos integrados dentro da Comunidade e esta é uma linha da qual não prescinde, há que continuar a desenvolvê-la.

Do mesmo modo, o Município não prescinde de continuar a ser solidário com outros cidadãos nascidos e que vivam noutros países e não são considerados imigrantes porque foram forçados a imigrar, ou seja, foram forçados a sair das suas terras e deixar os seus entes queridos. Refere-se aos refugiados, pelo que, nesta matéria, existe uma atividade muito forte, nomeadamente, com as Nações Unidas e com a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados).

Recentemente foi realizado "O Dia Mundial do Refugiado" em Cascais. Informou para conhecimento que, Cascais tem refugiados sírios, afegãos e ucranianos e tem sido possível haver estabilidade na Comunidade, pelo que faz questão de dizer que nenhum dos apoios dados aos refugiados, foram retirados aos cidadãos de Cascais. Foi uma participação muito grande por parte da Comunidade de Cascais, quer a nível pessoal, quer a nível de empresas que doaram bens e serviços, quer ainda a nível de apoios dos Fundos Comunitários que ajudaram a apoiar todos os refugiados em Cascais.

Considerando todas as Senhoras e Senhores Conselheiros que já participavam lá atrás, a Câmara Municipal de Cascais considera a segurança uma das principais matérias-primas do Conselho. Não há desenvolvimento económico, social e ambiental, enumerando os três pilares da sustentabilidade, se não houver segurança nem níveis de confiança sólidos. Por esse motivo, o Município tem vindo a apostar e a apoiar, e sem qualquer tipo de preconceito, nas Forças de Segurança, do mesmo modo que apoia as Forças de ligadas à Proteção Civil ou *Safety*.

Algumas dificuldades que as Forças de Segurança possam apresentar nestas matérias, o Município está disponível para ajudar, porque muitas das vezes é a capacidade inoperacional de algumas das Forças e prende-se com situações muito pequenas, mesmo insignificantes até do ponto de vista económico, do ponto de vista de valores, quando de facto, se consegue



# CASCAIS

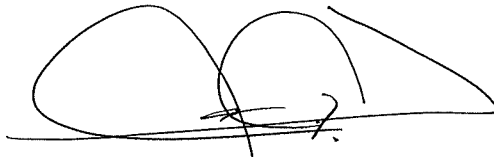
CÂMARA MUNICIPAL

ultrapassar essa matéria. Uma regra fundamental, é considerarem a segurança uma matéria essencial para o Conselho. O Município é defensor da maior descentralização de competências para as autarquias, à exceção de algumas áreas e uma das áreas de que não é a favor da descentralização, é exatamente na Segurança. Significa que todo o apoio que possam dar, é feito respeitando as competências legais de cada um, logo, não há nenhuma Força de Segurança, nem nenhuma Instituição no concelho, que possa dizer que a Câmara tentou de alguma forma imiscuir-se dentro de responsabilidades e de competências que não são da Câmara, que são das próprias entidades relacionadas com a Segurança.

O Senhor Presidente agradeceu a participação de todos e referiu a realização do próximo Conselho Municipal de Segurança no cumprimento do que está na Lei, que, embora não tenha sido cumprido no concelho de Cascais durante muitos e muitos anos, atualmente têm cumprido que é a realização de pelo menos duas reuniões do Conselho Municipal por ano. Pelo que, no final deste ano, haverá certamente mais uma, isto se não houver uma terceira, nem que seja para auscultar todos os Senhores Conselheiros sobre o Contrato Local de Segurança.

Agradeceu novamente desejando votos de bom resto de semana.

O Presidente do Conselho Municipal de Segurança



Carlos Carreiras